

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
NOME DO DEPARTAMENTO**

**ANDRÉ SEVILHA ALVES**

**A distribuição da Rede Sesc: padrões espaciais do consumo  
cultural**

**SÃO PAULO  
2021**

**ANDRÉ SEVILHA ALVES**

**A distribuição da Rede Sesc: padrões espaciais do consumo cultural**

**Versão Original**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde

São Paulo  
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A472d Alves, André Sevilha  
A distribuição da Rede Sesc: padrões espaciais do consumo cultural / André Sevilha Alves; orientador Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde - São Paulo, 2021.  
87 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Urbana. 2. Rede. 3. Cultura. 4. Distribuição espacial. I. Valverde, Rodrigo Ramos Hospodar Felippe, orient. II. Título.

**Autor:** André Sevilha Alves

**Título:** A distribuição da Rede Sesc: padrões espaciais do consumo cultural

**Orientador:** Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde  
Universidade de São Paulo

---

Prof. (Nome do professor avaliador)  
Afiliações

---

Prof. (Nome do professor avaliador)  
Afiliações

## **RESUMO**

ALVES, André Sevilha. A distribuição da Rede Sesc: padrões espaciais de consumo cultural, 2021. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta monografia almeja compreender os desafios da distribuição espacial do Serviço Social do Comércio (Sesc) a partir da expressão desigual de seu setor cultural. Para tanto, estabelecemos diferentes recortes escalares (nacional, regional e local) e os colocamos em diálogo com aspectos da demografia e do processo de urbanização no Brasil. O desenvolvimento desigual da nação imprime suas marcas na atuação cultural do Sesc, sendo este um representante da cultura institucionalizada. Desta forma, compreender a distribuição do Sesc significa contribuir para o entendimento dos diferentes padrões de acesso a equipamentos culturais. Para tanto, valemo-nos do conceito de rede como chave para estudarmos o nosso objeto, é com este conceito em mente que refletimos sobre a espacialização diferenciada da instituição. Procuramos representar os locais de ocupação e também os de não ocupação da rede.

Palavras-Chave: rede; Sesc; distribuição espacial; cultura.

## **ABSTRACT**

ALVES, André Sevilha. The distribution of the Sesc Network: spatial patterns of cultural consumption, 2021. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This monograph aims to understand the challenges of the spatial distribution of the Serviço Social do Comércio (SESC) from the unequal expression of its cultural sector. Therefore, we established different scalar cutouts (national, regional and local) and put them in dialogue with aspects of the demography and urbanization process in Brazil. The unequal development of the nation imprints its marks on the cultural performance of SESC, which is a representative of the institutionalized culture. In this way, understanding the distribution of SESC means contributing to the understanding of the different patterns of access to cultural equipment. For this purpose, we use the concept of network as a key to study our object, having this concept in mind that we reflect on the differentiated spatialization of the institution. We seek to represent the places of occupation and also those of not occupation of the network.

Keywords: network; Sesc; spatial distribution; culture.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Unidades com Apresentação Artística em 2016 .....	51
Mapa 2- Municípios brasileiros com mais de 50.000 habitantes .....	55
Mapa 3 - Unidades do Sesc e rede metroviária da RMSP .....	63
Mapa 4 - Unidades do Sesc e Centro Expandido .....	69
Mapa 5 - Distribuição dos equipamentos culturais em São Paulo .....	70
Mapa 6 - Distribuição das unidades do Sesc no Estado de São Paulo .....	78

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Comparaçāo número de Apresentações Artísticas (2001-2016) .....	41
Gráfico 2 - Públīco por Departamento Regional (2001-2016) .....	42
Gráfico 3 - Públīco de Apresentações Artísticas por modalidade (2001-2016) .....	47
Gráfico 4 - Número de Apresentações Artísticas por modalidade (2001-2016) .....	47
Gráfico 5 - Atendimentos SescSP (2001-2016) .....	76
Gráfico 6 - Número de Atividades SescSP (2001-2016) .....	76

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Perfil da renda dos matriculados .....	27
Tabela 2 - Perfil etário dos matriculados .....	27
Tabela 3 - Transformações das instalações do Sesc entre 2014-2017 .....	38
Tabela 4 - Orçamento do Programa Cultura por Departamento Regional em 2018	44

## SUMÁRIO

<b>1 - Introdução</b>	<b>9</b>
<b>2 - Sobre o conceito de rede</b>	<b>12</b>
2.1- Breve percurso da expressão, a rede como conceito e suas características	12
2.2 - Possibilidades de estudo das redes na Geografia	19
2.3 - Entendendo o Sesc como uma rede	23
<b>3 - Contextualização da atuação do Sesc e sua dimensão espacial</b>	<b>25</b>
3.1 - Formação, organização e atuação do Sesc	25
3.2 - O Programa Cultura	33
3.3 - Escolha do Sesc como objeto de estudo	34
<b>4 - Atuação nacional do Sesc</b>	<b>36</b>
<b>5 - Atuação do Sesc em São Paulo</b>	<b>62</b>
<b>6 - Considerações finais</b>	<b>79</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>81</b>

# 1 - Introdução

Consideramos fortuito começar este trabalho expondo, brevemente, o trajeto que o levou ao formato com o qual ele é apresentado nesta monografia. O estudo da distribuição nacional da cultura do Serviço Social do Comércio (Sesc) aparece como uma escapatória da impossibilidade de estudar a atuação desta instituição na cidade de São Paulo, atendo-nos sobretudo à programação. No nosso primeiro contato com o Sesc nós procurávamos entender os tipos de programação cultural das unidades, como elas se articulavam entre si e com a vida cultural paulistana, com o objetivo de identificar, ou não, diferenças no tipo de atividade realizada nas unidades periféricas e centrais. Após termos despendido alguns meses insistindo na tentativa de conseguir acesso aos dados que iriam permitir o estudo da proposta inicial da pesquisa de iniciação científica, modificamos nosso escopo. Portanto, para o prosseguimento da pesquisa e realização deste Trabalho de Graduação Individual, ampliamos a abrangência territorial do estudo e repartimos segmentos de análise, esta mudança mostrou-se fortuita, pois, nos permitiu estudar diferentes recortes e realidades da cultura no Sesc e, por consequência, estudar o Sesc São Paulo ao mesmo tempo em que discorremos sobre a atuação em outros estados, podendo assim colocá-lo em relação com os demais Departamentos Regionais que compõem a instituição. Entretanto, e como tentaremos explorar no decorrer da apresentação, não consideramos como retidos/isolados os processos que ocorrem em determinada escala, pois, há conexão entre as atividades.

Por cultura institucionalizada entendemos os espaços destinados às apresentações/práticas culturais mediadas por entes públicos e/ou privados, dos quais o interesse não se manifesta, a princípio, pela busca da receita imediata com a prática, em outras palavras, são espaços nos quais o lucro não é o objetivo da sua existência. Não desconsideramos a existência de interesses outros por parte de grandes empresas que, com justificativas sempre muito bem fabricadas, e veiculadas em textos e vídeos promocionais, investem na construção de equipamentos para tais práticas. Podemos colocar neste menu o Instituto Cultural Vale, o Itaú Cultural e o Farol Santander, entre outros que atuam no território brasileiro. Nestes casos confunde-se a divisão, sé é que podemos manifestar sua

existência, entre o interesse em difundir a acessibilidade à diferentes manifestações culturais e interesses econômicos/políticos.

Reconhecemos que ao adotar como recorte as práticas realizadas em espaços institucionais ocultamos toda uma prática cultural que foge, ou melhor, que é excluída destes espaços; manifestações populares, independentes e subversivas (em relação à arte inócuas fabricada pela cultura mercadológica sobretudo) que, de certa forma, estão à margem da indústria cultural. Reconhecemos, também, que ao objetivarmos fazer um panorama geral para interpretarmos a cultura institucionalizada, corremos o risco de realizar análises generalizadas, e não obstante, enviesadas pela nossa experiência com a instituição de estudo e com a cultura institucionalizada em geral, que se dá/deu a partir da cidade de São Paulo, principal metrópole do país.

No entanto, consideramos que este trabalho, e o panorama geral nele apresentado, auxilia, ainda que incipiente em suas formulações e arcabouço teórico, a compreensão da espacialidade das atividades culturais mediatizadas pela instituição. Por sua vez, consideramos o estudo de uma rede cultural, pautada por uma política cultural própria, interessante em meio aos retrocessos recentes que o campo da cultura vive em âmbito nacional, sobretudo a partir de 2016, quando o desaparelhamento da cultura toma fôlego (VALVERDE, 2020).

Ademais, exploramos o que identificamos como uma lacuna nos estudos que tomam o Sesc como objeto ao realizarmos a pesquisa bibliográfica para estudarmos o que já foi estudado sobre o Sesc, que é estudá-lo em sua abrangência nacional, a capilaridade das unidades no território.

Iniciamos este trabalho com a contextualização do debate sobre o conceito que nos orientou ao longo das reflexões, é a partir do conceito de rede que exploramos a atuação do nosso objeto. Apoiamo-nos, sobretudo, nas contribuições de Leila Christina Dias (1996) e Milton Santos (2006), a partir destes autores pensamos no Sesc propriamente como uma rede, na qual circulam pessoas e eventos, balizados pela formulação de política cultural da instituição.

No terceiro capítulo tentamos realizar uma exposição sobre a atuação do Sesc. Aproximamos o leitor dos diferentes momentos da atuação da instituição, pois, esta familiarização permite entender a inserção do programa cultura na história do Sesc, como veremos a cultura passa a ganhar espaço no período de redemocratização do país. Entendemos que o Serviço Nacional do Comércio não é

uma entidade neutra e procuramos expor adiante como, em seu aspecto de rede, processos duais que coexistem em sua atuação.

Voltamos nossa atenção, nos capítulos cinco e seis, para a atuação do Sesc. Primeiro enfatizamos aspectos mais gerais da atuação nacional da instituição, identificando desigualdades na atuação nacionalmente, compreendendo-a, para no capítulo seguinte nós analisarmos mais detidamente na atuação na capital e na Região Metropolitana da mesma. Queremos entender o lugar deste Estado, e principalmente da capital, tanto na própria instituição como sua posição em relação à vida das atividades culturais do país.

## 2 - Sobre o conceito de rede

Neste capítulo abordaremos questões que dizem respeito ao conceito que serviu como referência para pensar nosso objeto de estudo. Para tanto, realizaremos um breve apanhado sobre a evolução do conceito de rede e seu uso na Geografia, discriminando o entendimento que será utilizado como referência ao longo do trabalho. Nosso objetivo não é exaurir as referências pois são muitas, igualmente volumosas são as definições/conceituações desta palavra, que é utilizada em diversas áreas do conhecimento, assim como de forma banal no cotidiano, almejamos apresentar as discussões realizadas pelos autores que serviram de base para refletirmos sobre o Sesc. Queremos, portanto, partir do uso do conceito de rede para aproximar a atuação cultural do Sesc à geografia, é somente após essa consideração inicial sobre o conceito de referência que trabalharemos como nosso objeto está distribuído pelo território nacional.

### 2.1- Breve percurso da expressão, a rede como conceito e suas características

Nesta seção procuramos analisar rapidamente a evolução e entrada da palavra rede no leque de palavras utilizadas nas ciências sociais, tendo como base a discussão empreendida pelos geógrafos Roberto Lobato Corrêa, em *Interações Espaciais* (2012a), Leila Christina Dias, nos artigos *Redes: emergência e organização* (1995), *Rede Geográfica* (2020) e *Os Sentidos da Rede: notas para discussão* (2021), e Milton Santos na obra *A Natureza do Espaço* (1996). Proveniente do latim *retis*, foi utilizada inicialmente para designar o conjunto de fios entrelaçados por linhas e nós (DIAS, 2021), nos trabalhos de ciências humanas, privilegiando a discussão realizada na ciência geográfica.

Em Santos observamos que é com Lavoisier, na passagem do século XVIII para o XIX, que aparece a ciência da ligação e da comunicação das substâncias, possuindo, então, “os instrumentos teóricos que estão na origem do conceito científico de ‘redes’” (PARROCHIA *apud* SANTOS, 2006, p.261). Na primeira metade do século XIX a rede entra como conceito-chave no pensamento socialista

planificador e tecnocrático de Saint-Simon e de seus discípulos (DIAS, 1995; 2020; 2021), a escola sansimonista introduziu “a propriedade da conexidade à noção de rede” e com isso “objetivava o estabelecimento de um sistema geral de comunicações (DIAS, 1995, p.145), neste momento há a intenção de integrar o território e os mercados regionais através das quebras de barreiras físicas, portanto, removendo os obstáculos para a circulação de mercadorias, matérias-primas e de capital (Ibidem, p.145), a rede passa então a ser não somente uma referência ao organismo, mas também à técnica dando forma ao conceito moderno de rede (DIAS, 2021, p.17). Se faz mister recordar que é neste período que ocorre a revolução industrial, um de seus efeitos, os quais transformaram as interações espaciais<sup>1</sup>, foi a ampliação “das redes geográficas, que se tornaram progressivamente mais complexas e abrangentes, envolvendo um número crescente de nós, vias e fluxos” (CORRÊA, 2012, pp. 281-2). Tendo este crescimento em vista, não podemos deixar de pensar que ao se expandir e complexificar as redes passam a ter uma interferência igualmente crescente no território e nas relações sociais.

Santos (2006), estabelece três momentos na vida e na produção das redes. São eles: 1) Período pré-mecânico: prevalece o ‘império’ dos dados naturais, a formação das redes deste momento era dotada de ampla espontaneidade e elas serviam a uma pequena vida de relações, o consumo era restrito e para a maioria da população era suprido no próprio local. 2) Período mecânico intermediário: as redes passam a ser criadas de forma deliberada; na França de Luís XIV, o ministro Colbert ilustra a vontade de corrigir e melhorar o território por meio das redes, atribui-se a este momento o desenvolvimento de novas técnicas e formas de energia, ampliação do consumo e a mundialização física das redes, todavia, com uso restrito, tal qual o progresso técnico, neste momento a colonização está em voga e é através dela que o comércio internacional é fechado. 3) Fase atual: marcada pelo período técnico-científico-informacional, os suportes das redes são encontrados de forma parcial no território, eles tendem a ser pontos; há menor espontaneidade na criação das redes, sua montagem já supõe uma antevisão do que poderão realizar, seja na forma material ou nas suas regras de gestão. Esta passagem é muito valiosa para entendermos a relação entre as redes e a sociedade, com as inovações técnicas,

---

<sup>1</sup> Segundo Roberto Lobato Corrêa as interações espaciais “constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (2012, p. 279)

cada vez com intervalo de tempo menor entre elas, multiplicam-se as redes e o uso da população, há um número maior de mercadorias, capital e pessoas circulando e isto requer, na sociedade capitalista, meios mais eficientes e rápidos para a ampliação do lucro. Se no primeiro momento demarcado por Santos o consumo era restrito e localmente suprido, na última fase o consumo é a base da sociedade e a produção não se localiza, via de regra, no mesmo local em que é realizado o consumo do produto.

Fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Isso explica em parte o fato de a representação do mundo social integrar crescentemente a noção de rede, numa perspectiva que procura chamar a atenção sobre as relações e a complexidade das interações entre os nós (DIAS, 2021, p.14)

Deste modo, as interações espaciais, formuladas por Corrêa (2012a), que ocorrem no século XX e XXI, são muito mais complexas do que as interações transformadas pela Revolução Industrial, novas técnicas foram introduzidas, entretanto, em meados do século XX os estudos sobre as redes sofreram uma queda importante, com exceção aos estudos sobre a rede urbana, Dias (1996, p. 146) aponta que após os trabalhos dos geógrafos Pierre Monbeig (1952) e Jean Labasse (1955)<sup>2</sup> houve um “silêncio sobre o crescimento, sobre a multiplicação das redes, que vinham aprisionando o mundo em tramas cada vez mais complexas”. Sposito (2008, p. 60) indica que “o aumento na intensidade das redes é decorrência da necessidade crescente de transporte de pessoas e de mercadorias, como também dos fluxos de informações”, Dias (1996) assevera que todos os tipos de fluxos pressupõem a existência das redes, deste modo é possível compreender os transportes de pessoas e de mercadorias como eles mesmos fluxos que seguem o curso da rede pela qual estão sendo transportados (ferroviária, rodoviária, etc.).

Tanto Santos (1996) como Dias(1996), escrevendo na segunda metade da última década do século XX, identificam um modismo recente no uso da palavra rede em discursos diversos. A observação feita pelo primeiro autor é mais crítica em relação à essa inserção, vejamos:

---

<sup>2</sup> Monbeig discute no capítulo Regiões ou Redes de sua tese Pioneiros e Plantadores de São Paulo o papel das redes ferroviárias, financiadas pelo capital cafeeiro, na organização espacial; Labasse, na obra Os capitais e a região expõe como a febre ferroviária foi seguida pela febre bancária na França, “conduzidas pelos mesmos meios sociais e constituíram os dois principais fatores de unificação do mundo material daquele período” (DIAS, 1996, p 145)

A voga que a palavra e a idéia de rede estão encontrando, tanto nas ciências exatas e sociais, como na vida prática, paga o preço devido a essa popularidade. A polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações. Dá-se o mesmo com a geografia. (SANTOS, 1996, pp. 261-262)

Leila Christina Dias comenta a popularização com o intuito de entender o que motivou a retomada tendo em vista o silêncio após as obras de Labasse e Monbeig, vejamos:

O que explica o silêncio de trinta anos e ao mesmo tempo a retomada tão voraz, que faz com que para onde olhemos nos defrontemos com o termo rede, seja enquanto conceito teórico, utilizado em diversos campos disciplinares, seja enquanto noção empregada pelos atores sociais: redes estratégicas, redes de solidariedade, redes de ONGs, redes de Universidades, redes de energia, redes de informação - BITNET, INTERNET-, **uma concepção de organização sob forma de redes.** (DIAS, 1996, p. 146 grifo nosso)

A autora apresenta duas possíveis respostas para essa questão, a primeira está baseada em Dupuy (1988) o qual “sugere que a resposta estaria ligada aos procedimentos de planejamento territorial em vigor nos últimos trinta anos e a evolução da pesquisa neste campo”, a segunda resposta é uma hipótese da autora a partir dos estudos em andamento na época que permitem identificar que “as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação emergiram mediante a produção de novas complexidades no processo histórico”, adiante Dias pontua que frente à essa complexidade (à circulação de capitais, tecnologia e matéria-prima) é que se impõe a densificação das redes (1996, pp. 146-147). De fato nossa vida está permeada por redes, utilizamos diversas no nosso cotidiano, e a expressão, redes de supermercados, sítios eletrônicos classificados como redes sociais, até mesmo a sociedade é pensada como rede na obra ‘A Sociedade’ em Rede de Manuel Castells (Ibid, 2020 e 2021). Tendo em vista esta expansão, ou até mesmo banalização, da palavra, apresentaremos a definição do conceito presente na obra de Leila Christina Dias, após a conceituação traremos reflexões/aproximações com outros trabalhos para discutir a questão das redes.

Para Milton Santos (1996, p. 262) existem duas grandes matrizes que contemplam as definições e conceituações do que é uma rede, uma delas é “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também

levado em conta o dado social”, considerar apenas a realidade material nos leva a uma definição formal que consiste em entender a rede como

toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (DOLFUS *apud* SANTOS, 1996, p. 262)

Sem excluir a possibilidade de entendimento formal temos que “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Se isso e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.” (SANTOS, 1996, p. 262). Entendemos que a definição apresentada a seguir se enquadra na segunda matriz.

Dias (1996) apresenta uma definição sucinta porém muito esclarecedora sobre o que é a rede e qual é a sua função, para a autora ela é um instrumento que viabiliza a estratégia de circular e comunicar; os nós da rede são “lugares de conexões, lugares de poder<sup>3</sup> e de referência, como sugere Raffestin” (p. 148), portanto, sua razão de ser é conectar lugares, ligar um ponto, ou nó, a outro; sem estabelecer diálogo com o autor francês, Santos (2006, p. 270) afirma que “A existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço”. Ademais, para estudar as redes a partir do novo contexto teórico, renovado mediante descobertas e avanços nos campos disciplinares, Dias propõe uma abordagem de estudo que considera a rede na sua relação com fatores como a urbanização e com a divisão territorial do trabalho (DIAS, 1996, p. 149), é neste sentido que a inserimos na segunda matriz. Complementamos a partir de Corrêa (2005, p.108) que a escala mundial da divisão territorial do trabalho só foi viabilizada pela armação, durante a expansão capitalista, de numerosas redes técnicas.

A partir do texto de Corrêa (2012a, p. 284), podemos apontar o capital produtivo como um dos atores que possuem papel privilegiado na organização do espaço, tendo em vista que

---

<sup>3</sup> Na rica discussão feita por Raffestin (1993) sobre o poder, a rede aparece como “o instrumento por excelência do poder”(p.204), as redes exibem-o e são feitas à imagem dele, aquele que busca tomar o poder se apropria das redes de circulação e comunicação, pois, ao controlar as redes controlam-se os homens.

A instantaneidade e a simultaneidade que hoje se conhece no âmbito da circulação de informações, mas não no que se refere às mercadorias e pessoas, é o resultado desse progresso técnico motivado pela demanda de comunicação das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas

O autor prossegue indicando que “A internacionalização do capital produtivo foi responsável, entre outros aspectos, pela formação de poderosas redes constituídas de dezenas, senão centenas de unidades(...) localizadas em numerosos lugares distribuídos mundialmente” (Ibidem, p.284). Exemplo marcante deste processo é a complexidade presente na financeirização dos grandes grupos comerciais, como estudado por Dias, Santarosa e Augusta (2012, p. 359):

As redes organizadas pelos grandes grupos que operam no Brasil indicam entrelaçamento crescente entre finanças, comércio e indústria. Os maiores grupos comerciais e industriais têm suas próprias instituições financeiras; firmam joint-venture em associação com bancos para formar holdings que centralizem as atividades relacionadas aos produtos e serviços financeiros oferecidos; estão sendo crescentemente inseridos nas redes das corporações globais de gestão de investimentos

Tendo este exemplo em vista, entendemos que diferentes redes são utilizadas dentro de um único processo, o que acentua ainda mais a complexidade das tramas que aprisionam um mundo com fluxos cada vez mais maiores, Santos (2006) identifica que um dos efeitos da mundialização das redes é o enfraquecimento das fronteiras apesar da existência de formas de regulação e controle das redes, isto é especialmente interessante para pensarmos a circulação de informações através da internet, quando antes era feita de forma material, por meio de cartas e telegramas, o que permitia maior controle do Estado acerca do que entra e sai da sua área de controle, do seu território no caso.

As redes são criadas por agentes/atores, privados ou públicos, o exemplo dos grupos comerciais ilustra uma rede criada por agentes privados, Sposito (2008, p. 53) apresenta o caso da criação rede informática pública francesa, a ‘minitel’<sup>4</sup>,

Tratava-se de uma rede informática controlada pelo governo francês, e o equipamento necessário para a sua utilização consistia em uma pequena tela de televisão com uma unidade de computação ligada a outros terminais que continham numerosas informações. Ao acessá-la, as pessoas podiam, por exemplo, comprar passagens de trem ou de avião, consultar museus ou

<sup>4</sup> Este serviço foi lançado em 1982 e encerrado definitivamente em 30 de Junho de 2012. Ao longo de sua vida sofreu alterações para ainda se tornar atrativo face à expansão do uso da Internet, é identificado como um projeto de inspiração gauliniana. CARIOU e GAULON-BRAIN, Du Minitel à l'Internet *in la revue des médias*. 2012 Acesso: [larevuedesmedias.ina.fr/du-minitel-linternet](http://larevuedesmedias.ina.fr/du-minitel-linternet)

transmitir informações entre os diferentes terminais. A interligação entre os terminais. A interligação entre os terminais era feita por linhas telefônicas até então controladas, também, pelo governo francês.

Neste trecho já fica evidente a conexão entre dois tipos de rede, a telefônica e a informática, mas, mais adiante, o autor indica que a rede construída para a operação da minitel foi adaptada para a rede de internet no território francês, apesar de possuir um sistema semelhante ela não possibilitava a comunicação com outros países, todavia, o minitel foi importante para que a internet se disseminasse de forma rápida no país, quando sua infraestrutura foi adaptada para o novo uso a França pôde se conectar com o mundo (SPOSITO, 2008). Entendemos que tanto este exemplo do minitel e da internet, como o da instalação das redes de fibra ótica (apresentado posteriormente na obra), que são instaladas seguindo as redes de água, ferrovias e as rodovias nas principais metrópoles do mundo, podem ser entendidos como exemplos da “superposição de diferentes momentos da infraestrutura urbana que, muitas vezes, são ignorados completamente pelas pessoas que vivem e consomem a cidade” (*Ibidem*, p. 120), uma superposição de momentos também visível ao habitante das metrópoles é encontrada nas torres de transmissão (ou antenas), onde propagam-se ondas de rádio e das operadoras de celular, no caso de São Paulo essa superposição pode ser observada também na linha ferroviária, quando nos atentamos ao fato de que parte da antiga São Paulo Railway passou a integrar a malha ferroviária urbana utilizada para o transporte de pessoas, compreendendo a Linha 7 Rubi e Linha 10 Turquesa, e também os expressos turísticos, todos estes são geridos pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Santos (2006, p. 268) também menciona a questão da superposição de redes ao falar da não uniformidade delas nos locais em que estão presentes, atentando-nos também ao fato de que nem tudo são redes, segundo o autor

Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento.

A apresentação da superposição neste trecho de Milton Santos nos direciona à compreendê-la no sentido de existirem redes hierarquicamente desiguais dentro

do mesmo subespaço, esta forma de enxergar a existência das redes pode ser complementada com a reflexão de Roberto Lobato Corrêa (2012a) sobre o papel de centros nodais nos diferentes padrões espaciais das interações, segundo o autor “um dado centro nodal pode ser o foco de interações espaciais distintamente variáveis em termos espaciais e temporais, assim como o foco de redes distintas, revelando a enorme complexidade dos padrões espaciais de interações” (p.293), relacionando os dois autores somos capazes de enxergar em um dado subespaço um centro nodal comum a redes distintas (conectadas a uma mesma cadeia ou não) porém com intensidades diferentes, sendo o nó principal de uma tributária e um nó hierarquicamente inferior de uma rede afluente, enfim as possibilidades são diversas, sobretudo atualmente, tendo em vista a complexidade que as redes adquiriram ao longo do tempo.

## 2.2 - Possibilidades de estudo das redes na Geografia

Sendo considerada uma noção eminentemente geográfica (*Dictionnaire de la Géographie apud SANTOS*), não é de se estranhar que ela seja estudada a partir de diferentes recortes. Desta forma temos estudos sobre redes urbanas, sociais, financeiras e técnicas, e dentro destes recortes há diferentes abordagens e aspectos que são privilegiados. Videira (2017, 369) entende que “todas essas possibilidades de enfoque são consideradas redes geográficas, um tipo de rede definida por Corrêa (1999, p. 65) como “conjunto de localizações sobre a superfície terrestre articulado por vias e fluxos<sup>5</sup>”, é através delas que as interações espaciais ocorrem por intermédio “dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si” (CORRÊA, 2012a, p.306).

Côrrea (2012b), atribui importância à rede geográfica por ser parte fundamental da espacialidade humana, sendo também um caso particular de rede, também a identifica como redes sociais espacializadas, sociais por “serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas outras esferas da vida” (Ibidem, p. 200), a rede urbana é a síntese das redes geográficas (Ibid, 2012a). Dias (2021) nos

<sup>5</sup> Em texto mais recente, Corrêa (2012b, p. 200) define a rede geográfica como “conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos”, formulação semelhante à citada por Videira, todavia, em Corrêa (2012a, p. 306) esta definição é mencionada como citação a KANSKY (1963).

atenta para o fato de que este tipo de rede não se manteve o mesmo no decorrer dos anos (elas “não permaneceram únicas, reconhecíveis e imutáveis” (p.4)), nos quais o mundo social se transformou, todavia, as redes geográficas se unem por serem, todas elas, “definidas por suas conexões, por seus pontos de convergência, e não por suas formas nem limites externos, entende-se a rede segundo uma lógica de conexões, e não de superfícies.” (Ibidem, p.4).

Apontamento semelhante é encontrado em Santos (1996), quando o autor apresenta o enfoque genético do exame das relações das redes (não atribuídas como geográficas) com o território. Em sua formulação o autor indica que

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na sua configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige mudança morfológica e técnica<sup>6</sup> (Ibidem, p. 263)

Tendo em vista estas transformações, trazemos a reflexão de Dias (2021, p.5) sobre o processo de atualização do conceito de rede geográfica, aponta como um dos desafios para atualizá-lo

recenhecer que seu significado não se restringe apenas a objetos dispostos no espaço na forma de organização em rede, mas que pode ser também um princípio gerador de análise, um modo de investigação (...). Um segundo desafio é integrar à análise as noções de multiplicidade e sistema aberto. Existem redes geográficas – múltiplas e heterogêneas – estendendo-se, ligando e entrelaçando através dos espaços com variados graus de instabilidade e abertura: redes geográficas e lugares são coconstitutivos e estão sempre, em maior ou menor grau, interagindo e se adaptando.

Estes trechos, de Santos e Dias, demonstram que, da mesma forma como a sociedade e a rede se transforma, o entendimento do que é uma rede se transforma, busca-se atualizar para contemplar/compreender melhor as novidades advindas destas transformações.

Retomemos a relação entre as redes e os territórios. Para Santos (1996, pp. 263-4), este exame pode ser feito a partir de dois enfoques conjuntamente, o enfoque genético compreende a rede como um processo, nele faz-se a reconstituição da história da rede em questão, o que permite compreender no todo a

<sup>6</sup> Para as redes técnicas Dias (1996, p. 141) menciona que “Toda a história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em respostas a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída”.

realidade de um lugar; já o enfoque atual comprehende a rede como um dado da realidade, para ser realizado este enfoque parte da descrição do que constitui a rede, estuda-se as quantidades e qualidades técnicas da rede a partir de um estudo estatístico e a avaliação das relações que seus elementos mantêm com a vida social.

O que importa nesta análise, segundo o autor, é a relação entre estes enfoques tendo em vista que “cada fase do processo pode também ser vista como uma situação; e cada situação pode ser vista como um corte num movimento que é desigual, segundo levemos em conta este ou aquele elemento”, então, tomando como exemplo nosso objeto de estudo, se queremos compreender a relação da rede Sesc com o território, precisamos compreender o movimento e as transformações dele no decorrer de sua existência e a sua configuração atual.

Uma característica das redes, presente tanto em Santos (1996) como em Dias (1996), é a sua capacidade de interferir de forma dupla no território. O primeiro autor indica que

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que **as redes integram e desintegram**, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um **processo de homogeneização**<sup>7</sup>. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente. (SANTOS, 1996, p.279, grifo nosso)

A questão da ordem e desordem aparece no texto de Leila Christina Dias como uma hipótese na qual “a intensificação da circulação interagindo com as novas formas de organização da produção imprime simultaneamente ordem e desordem numa perspectiva essencialmente geográfica”, Dias entende, tomando como exemplo a organização de grandes corporações, que a desordem causada pelas redes manifesta-se localmente (causam exclusão social e alteração no mercado de trabalho, por exemplo), enquanto na escala planetária ou nacional portam a ordem, ao serem utilizadas pelas corporações como forma de se articularem (1996, p. 154). Destarte, a diferença entre a ordem e desordem entre os autores está ligada à abordagem, enquanto Dias identifica os processos de forma diferenciada entre uma

<sup>7</sup> Santos (1996), Dias (1996), Sposito (2008) e Côrrea (2012) contrariam as teses de homogeneização do espaço e Haesbaert (2002) se opõe a ideia do fim dos territórios, que segundo alguns autores serão ocupados por redes.

escala e outra tomando base para a formulação da hipótese um exemplo específico de organização em rede, enquanto Santos os trabalha de forma generalizada.

Adiante, a autora contraria a idéia de escotomização do tempo passado e do tempo presente, identificada por ela como uma redução analítica, presente em Begag, Claisse e Moreau(1990), Dias (1996, pp. 157-6) afirma que

as redes não vêm arrancar territórios ‘virgens’ de sua letargia, mas se instalam sobre uma realidade complexa que elas vão certamente transformar, mas onde elas vão igualmente receber a marca. A introdução da teleinformática põe em movimento todo um jogo de interações a partir do qual não é fácil prever as consequências. A comunicação através das novas redes de parceiros econômicos - à montante e à jusante - se acompanha de uma **seletividade espacial**. Integrando os agentes mais importantes, **as redes integram desigualmente os territórios**, seguindo o peso das atividades econômicas preexistentes. No lugar de abrir os ferrolhos, ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades.

Segundo Haesbaert (2002) existem redes ‘desterritorializantes’ e ‘(re)territorializantes’, ‘funcionais’ ou ‘instrumentais’, as que se voltam para o funcionamento eficaz do sistema econômico capitalista e as mais simbólicas ou de solidariedade. Todavia, nem todas possuem dimensão geográfica ou territorial nítida e o geógrafo deve ter cuidado para não confundir redes geográficas e redes em sentido mais amplo. Para conseguir diferenciar os dois sentidos o autor recomenda um caminho que permite analisar a rede enquanto fortalecedora de determinados territórios ou, em outras palavras, como um elemento do território, e a rede enquanto desestruturadora de fronteiras territoriais, no qual um este território político-administrativo pode se tornar um elemento da rede, o autor prossegue indicando que a rede pode tanto fortalecer um território como promover a desterritorialização, o que implica numa reterritorialização (cada uma em uma escala geográfica), sendo, portanto, a relação entre redes e território permanente e indissociável, em outro trabalho, Haesbaert (1996), pautando-se em Randolph (1993) aponta as redes de solidariedade como mais propensas a serem territorializantes e as redes estratégicas (ou técnico-funcionais) como mais desterritorializantes, todavia, o autor alerta para o perigo da perda de sentido e poder do termo desterritorialização a partir da sua mitificação, banalização, em movimento semelhante ao vivido pela noção de rede.

## 2.3 - Entendendo o Sesc como uma rede

Roberto Lobato Corrêa (2005 e 2012b) apresenta formas de estudar as redes geográficas a partir de algumas dimensões de análise possíveis. Fazemos aqui um exercício de aproximar a atuação cultural do Sesc às três dimensões, que segundo o autor “não estão dissociadas entre si” (2005, p. 109) e se dividem em 15 aspectos que devem ser considerados, mas não possuindo necessariamente a mesma intensidade na análise (Ibid, 2012b, p.205).

Comecemos com a dimensão organizacional, que diz respeito à configuração interna, esta dimensão só se torna concreta se a considerarmos em conjunto do tempo e do espaço (portanto às outras duas dimensões). Os agentes sociais podem ser o Estado, empresas, instituições ou grupos sociais, no caso do Sesc identificamos que ela está organizada na forma de empresa; sua origem é planejada, e não espontânea, ela é criada por um grupo social, o empresariado ligado ao comércio; a natureza dos fluxos desta dimensão podem ser mercadorias, pessoas ou informações, o fluxo de pessoas é evidente, as pessoas circulam entre as unidades para prestigiar a programação, todavia, internamente, há fluxos de informações, pois, a programação segue diretrizes; dentre as funções esta dimensão específica duas, a de realização e de suporte, a atuação cultural do Sesc se insere na função de realização; entendemos que sua finalidade é a de solidariedade, apesar de ser uma empresa, não há intuito de acumulação e também não possui fins de dominação; dentre as existências real e virtual ela se insere como real, todavia, algumas unidades podem ser consideradas como virtualmente existentes por não possuírem os equipamentos/espaços para a realização das atividades culturais; sua construção é eminentemente material (apesar de ser constituída apenas por pontos); ela é uma rede formal; a organicidade não é hierárquica, as unidades atuam de forma complementar.

A dimensão temporal abrange a longevidade da rede, velocidade dos fluxos, e frequência de existência. A análise da duração pode encaminhar para uma duração longa ou curta, nos exemplos de Córrea (2005), a primeira seria a Rede Urbana Europeia, e a segunda a Liga Hanseática, portanto, a duração do nosso objeto é curta; a velocidade dos fluxos pode ser lenta ou instantânea, para o Sesc entendemos que este ponto não se encaixa; em relação à frequência entendemos que os nós são permanentes (apesar da atual inexistência de algumas unidades

pretéritas), as atividades que os animam também o são nas unidades com infraestrutura, porém podem ser periódicas ou ocasionais onde não há suporte adequado, ou uma atuação da unidade na área cultural.

Por fim há a dimensão espacial, caracterizada pela forma espacial, a escala e a questão da conexão. A escala é tanto nacional quanto regional, a existência do departamento nacional se dá de forma conjunta com a dos departamentos regionais, mas os nós atuam de forma local, não sendo no entanto global; a respeito da forma espacial, que pode ser solar, dendrítica, circuito e barreira, não achamos correlação com o nosso objeto, como mostraremos, a espacialidade do Sesc não nos remete à essas formas, nem à outras mencionadas por Côrrea (2012a) ao trabalhar as interações espaciais; por fim, a conexão é tanto interna quanto externa.

A partir das considerações feitas nos subitens anteriores, podemos depreender que as redes não são instrumentos isentos, que a todos beneficiam. Assim, entendemos que a rede Sesc, seja a partir da articulação das apresentações do Programa Cultura (nossa objeto), ou considerando-o no todo, portanto a entidade Sesc propriamente dita, também não é neutra, não se insere nos locais trazendo apenas benesses, pois, assim como toda rede ela não é homogênea, como apresentaremos nos capítulos 3 e 4 sua presença pode ‘romper os ferrolhos’ ou manter o mesmo padrão de concentração/dispersão, em síntese, as desigualdades em diferentes escalas.

## 3 - Contextualização da atuação do Sesc e sua dimensão espacial

Serão apresentadas neste capítulo informações preliminares importantes para o desenvolvimento do objeto de estudo deste trabalho. Nosso intuito é fornecer um panorama do Sesc que permita, primeiro, aproximar o leitor da atuação da instituição e sua configuração atual para, enfim, trabalharmos no terceiro capítulo a distribuição das suas apresentações artísticas na atualidade. Deixamos claros que o conjunto de localizações e atividades do Sesc mudou com o tempo, envolvendo diferentes contribuições à sociedade.

Para fazer essa abordagem inicial propomos como percurso (3.1) contextualizar o Sesc, o que ele é e em quais aspectos da vida social ele atua, para então (3.2) localizarmos o Programa Cultura, que é a frente de atuação do Sesc tida como foco deste trabalho, apresentando suas particularidades em relação às outras atividades realizadas pela instituição, para, enfim, (3.3) justificarmos a pertinência em utilizar da atuação cultural do Sesc um objeto de estudo passível de ser analisado e estudado pela geografia.

### 3.1 - Formação, organização e atuação do Sesc

O Serviço Social do Comércio (SESC) surge em 1946 após reunião da recém criada Confederação Nacional do Comércio. O país se encontrava em meio ao processo exponencial de urbanização que marcou o século XX, associado a um processo de industrialização concentrado nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (SANTOS, 2020). Com o incremento da população urbana há também aumento da demanda social por serviços que se tornam típicos e essenciais à vida no meio urbano, como aqueles educacionais e de lazer (SANTOS, 2005, p. 41). Baseando-se na Carta da Paz Social, redigida por figuras importantes do empresariado brasileiro da época, o Sesc aparece como uma forma de minimizar os conflitos entre os trabalhadores e patrões.

Trata-se de uma instituição privada sem fins lucrativos que atua nas mais diversas áreas, desde os anos iniciais o Sesc trabalhou em diversas áreas como o turismo (já em 1948 começa a operar em Bertioga o primeiro centro de férias da instituição, marco importante para o Sesc em São Paulo pois, da sua construção o Sesc entendeu que a sua atuação deveria ser feita prioritariamente na cidade, logo, próximo do seu público alvo (POMPOLO, 2007) e saúde (em 1946 surge a primeira unidade do Sesc no Brasil, ela localizava-se no Rio de Janeiro e era voltada ao combate à tuberculose, assistência à maternidade, com o objetivo de diminuir os índices de mortalidade), tendo como alvo inicial da sua atuação os trabalhadores do setor comercial. Atualmente, a instituição define como seu público-alvo trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, os quais podem requerer credencial plena e assim usufruir de tudo o que o Sesc oferece, os serviços ofertados pela instituição são oferecidos com custo inferior ao que se encontra no mercado ou são gratuitos, quando aberta para o público em geral as atividades possuem preço ainda mais reduzido para os matriculados junto à instituição. Pais, filhos, enteados, netos, tutelados, avós e cônjuges também podem solicitar o credenciamento. Em 2019 foram contabilizados 7.887.823 matriculados, destes, pelo menos 2.280.805 destes indivíduos estão cadastrados no Estado de São Paulo (dados de 2018), no geral há uma predominância de matriculados do sexo feminino. Tendemos a achar que o Sesc é um caso único pela sua configuração em São Paulo. Ao apresentar resultados de pesquisa sobre criatividade urbana Rodrigo Mairink realça a importância dessa regional tanto para a cidade como para o país, mas também o considera “um exemplo mundial, justamente por representar uma instituição sociocultural com importante papel na dinâmica criativa cultural e brasileira” (2014, p. 89). Porém, o diretor do Departamento do Sesc São Paulo, Danilo Santos de Miranda, em entrevista concedida à Abujamra, discorda da afirmação de que o Sesc de São Paulo é único no Brasil a agir de forma especial, apontando que a atuação é pioneira no Acre, Amapá e Roraima como um dos possíveis exemplos que ilustram o pioneirismo da instituição em outros locais (TV Cultura, 2011). Inclusive, no contexto de estados de menor poder econômico, a configuração de serviços que cumprem funções sociais, a partir de custos relativamente baixos, é capaz de ter efeitos proporcionalmente maiores.

Tabela 1 - Perfil da renda dos matriculados

	Renda			
	Trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo	Dependentes	Público em geral	Total
Sem remuneração	0,15%	37,05%	34,77%	20,28%
Menos de 3 SM	76,35%	50,23%	39,98%	61,02%
De 3 SM a menos de 4 SM	11,10%	0,36%	3,76%	5,49%
De 4 SM a menos de 5 SM	4,93%	0,17%	1,64%	2,44%
5 SM ou mais	7,47%	0,26%	4,13%	3,85%
Sem informação	0,00%	11,93%	15,72%	6,92%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Geral do Sesc. 2019

Tabela 2 - Perfil etário dos matriculados

	Idade			
	Trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo	Dependentes	Público em geral	Total
Até 11 anos	0,03%	27,81%	15,26%	14,21%
De 12 a 17 anos	0,80%	13,48%	9,22%	7,40%
De 18 a 24 anos	13,56%	8,25%	8,25%	10,63%
De 25 a 39 anos	48,56%	14,62%	20,83%	30,42%
De 40 a 54 anos	27,87%	16,23%	19,79%	21,77%
55 anos ou mais	9,18%	19,61%	26,65%	15,57%
Sem informação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Geral do Sesc. 2019

Analizando as tabelas 1 e 2 podemos ter certa noção do perfil socioeconômico recente da clientela credenciada. Mais de 60% destes indivíduos recebem menos de 3 salários mínimos, sendo essa parcela com baixa remuneração o que o Sesc denomina de público-alvo, uma de suas finalidades é atuar para melhorar as condições de vida destes trabalhadores e seus dependentes. Carmem Lemos

retoma dados de uma pesquisa realizada entre os anos 1972 e 1975 em algumas capitais, ela expõe dados que indicam que o número de indivíduos matriculados no Sesc que recebiam até 2 salários mínimos e tinham menos de 28 anos de idade superavam 60% do total dos matriculados (LEMOS, 2005, p. 68). Isso quer dizer que, analisando os dados presentes nas tabelas acima e comparando-os com o perfil majoritário exposto pela autora, perpetua-se o perfil socioeconômico e etário destes trabalhadores na atualidade. O Sesc atrai uma parcela da sociedade que dificilmente seria absorvida pelos agentes privados com a mesma variedade e intensidade de atividades.

A distribuição do público por faixa etária nos esclarece duas propostas da instituição. A primeira se refere ao trabalho junto a indivíduos da terceira idade, que compõem 15% do total, com a oferta de cursos e atividades voltadas para esse grupo, o que simboliza uma ação de integração, de manter em atividade essa parcela da população que muitas vezes fica alijada das práticas de lazer. Entendemos, portanto, o trabalho do Sesc muito importante para a socialização deste grupo. No estudo de caso realizado por Oliveira acerca da mediação entre público e instituição levando em consideração as unidades Itaquera, Pompeia e Pinheiros (todas em São Paulo, SP), a autora apontou para o fato de que o público da terceira idade se propõe a experimentar um leque variado de atividades dentro da programação, sobretudo com as mulheres entrevistadas, sendo, por vezes, o primeiro contato deles com essas práticas mediado através do Sesc (2009). Algo que também deve ser destacado como parte do projeto institucional, que contribui para a compreensão da ação do Sesc, é a forte presença de dependentes abaixo dos 18 anos de idade, envolvendo baixo custo ou gratuidade. De fato, a opção de fazer cursos, por exemplo, musicais e esportivos pelo Sesc se torna uma alternativa atrativa, fora as programações especiais que costumam ocorrer durante o período de férias escolares. Na cidade de São Paulo, há o projeto Curumim, destinado à educação, não formal, de crianças atuando no sentido de gerar autonomia e pensamento crítico. Ademais, analisando o caso da sociabilidade presente na unidade Pinheiros, Oliveira nos atenta para a relação entre pessoas de diferentes faixas etárias, o que para a autora é valioso para ampliar o “leque de práticas culturais de um indivíduo” (2009, p. 109).

Com relação à arrecadação, sendo uma das instituições que compõem o assim chamado ‘Sistema S’, o Sesc é financiado com base no repasse de parte dos

tributos que incidem sobre a folha de pagamento das empresas da categoria. O Estado recolhe e repassa para a instituição - o Sesc recebe 1,5%. Seu funcionamento se dá através de Departamentos Regionais, cada unidade federativa constitui um departamento que seguem as normas determinadas pelo Departamento Nacional, este departamento coordena o trabalho executado nas regionais e realiza ações de formação para os trabalhadores da instituição. Do montante total arrecadado, 80% é repassado para os Departamentos e 20% é destinado ao funcionamento do Departamento Regional. Não obstante, no ano de 2019, o Departamento Nacional repartiu quase 550 milhões de reais entre as Regionais, privilegiando os estados com menor arrecadação. Segundo essa ordem de preferência, 45,85% deste subsídio complementar foi destinado à região Nordeste, 32,64% no Norte, 14,57% no Centro-Oeste, 3,86% no Sudeste e 3,08% no Sul, com o intuito de atingir maior equilíbrio financeiro (SESC, 2019, p.27).

A atuação do Sesc se encontra separada em cinco programas, são eles: Assistência, Cultura, Educação, Lazer e Saúde. Dentro destes programas múltiplas atividades ocorrem, algumas específicas e concernente à natureza do programa, podemos citar as práticas esportivas e intervenções urbanas, que estão dentro do Programa Lazer e Cultura respectivamente, outras atividades englobam diversos programas, tais como as oficinas, palestras, rodas de conversa e cursos em geral.

Desde a sua criação o Sesc passou diferentes momentos nos quais certas áreas passaram a ocupar mais espaço, indo de acordo com o contexto e demandas do período em questão. Cenni (1991), Pompolo (2007) e Lopes (2015)<sup>8</sup> apontam para o perfil majoritariamente assistencialista que o Sesc carregava nos seus primeiros anos de operação, agindo principalmente na área de saúde, seja com atendimento ou programas de educação. Apenas um ano após o Decreto-Lei Federal nº 9.853 (que oficializa a criação do Sesc, ligado à Confederação Nacional do Comércio), é inaugurada a unidade Florêncio de Abreu na capital paulista, em funcionamento até os dias atuais, a unidade surge como um centro de atendimento ortodôntico.

---

<sup>8</sup> Para além das informações presentes nos textos dos autores, nos valemos também de informações contidas na linha do tempo que estava disponível no endereço [https://www.sesc.com.br/institucional/o-sesc/o\\_sesc/nossa\\_histria](https://www.sesc.com.br/institucional/o-sesc/o_sesc/nossa_histria). Atualmente (último acesso em 05/10/2021), a história da instituição está disposta em forma de vídeo (<https://youtu.be/-zvLruEunpU>)

Neste primeiro momento de vida da instituição, tomando como exemplo a cidade de São Paulo, a instituição ocupa casarões e endereços que atualmente não possuem mais unidades, como é o caso da Maternidade do Sesc que operou até 1970 na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4805.

Antes de apresentarmos o próximo momento, é válido contextualizar questão do lazer em São Paulo e a atuação do Sesc São Paulo neste campo

O desenvolvimento da indústria cultural e o padrão de lazer das classes mais altas trouxe à tona, nas palavras de Lemos (2005), a necessidade de resolver a questão da educação e da cultura também para os operários e comerciários (segundo essa autora, numa perspectiva de luta de classes, em que as classes mais altas buscariam ditar o padrão de lazer e cultura a ser consumido pelas mais baixas). A problematização da disparidade entre o padrões de consumo das diferentes classes, assim como a percepção das atividades de lazer como potenciais instrumentos para a formação de cidadãos entraram em pauta, já a partir do final dos anos 50, em diversas instâncias políticas e sociais da cidade, e o SESC-São Paulo acompanhou também essa tendência. (OLIVEIRA, 2008, p.65)

Desta forma, é, principalmente, a partir dos anos 70 que o lazer passa a ganhar maior destaque na atuação da entidade. Segundo Cenni o Sesc se configura como uma “empresa de prestação de serviços de lazer, prevalecendo a ideologia da democratização de bens culturais no tempo livre” e isso ocorreu principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo (1991, p.294), entendemos, baseando-nos em dados presentes em Santos (2005), que a virada do assistencialismo ao lazer ter se dado sobretudo nestas cidades está ligada ao fato delas estarem nos estados com a maior quantidade de indivíduos em região metropolitana em 1970, 7.063.760 e 8.139.730 respectivamente. Este processo se dá através do discurso sobre o relativo aumento do tempo livre do trabalhador urbano, a instituição portanto age na direção de permitir aos trabalhadores da área acesso à essa forma de uso do tempo ocioso, expande-se o número de unidades destinada ao turismo e equipamentos para a realização de atividades esportivas. Oliveira identifica o contato realizado pelo SescSP com o sociólogo Joffre Dumazedier como fator de influência para a atuação voltada ao lazer: os estudos feitos pelo autor francês apontam para a “possibilidade de desenvolvimento por meio de atividades de lazer” (OLIVEIRA, 2009, p.65)

Cabe fazermos um adendo a respeito deste aumento do tempo livre e o que ele representa, de modo geral essa noção surge primeiramente

com a conquista dos trabalhadores fabris após muitas manifestações e reivindicações ocorridas no mundo capitalista ocidental como um todo, entre 1840 e 1920. As conquistas estavam sempre no sentido de regulamentação e diminuição da jornada de trabalho. As férias pagas de duas semanas surgiram no entre guerras, e a regulamentação de oito horas diárias de trabalho após a segunda guerra mundial, quando a Europa adotou os “três oitos”: oito horas de repouso, oito de sono, oito de trabalho.(LEMOS, 2005, p.11)

Todavia, o tempo livre era entendido de forma diferenciada quando para os ricos ou para os pobres, quando relacionado com o primeiro grupo o ócio possui um caráter positivo, “era considerado indispensável para o desenvolvimento do indivíduo e a construção harmoniosa da pessoa”, enquanto a ociosidade dos pobres era percebida com temor pelas classes dominantes, destarte, “entendiam [as classes dominantes] as práticas populares ou a ociosidade operária como desperdício, considerada desviante e marginalizada” (LEMOS, 2005, p.12). Não podemos entender, portanto, a virada ao lazer levar em consideração que a década de 70

foi marcada pelas instituições privadas e setores da administração paulista buscando conhecer os usos do tempo livre da população para produzir técnicas e instrumentos para administrar esses usos e, transformando o lazer em disciplina racional e científica, tornando-o politizado, além de incorporá-lo em setores sociais diferentes. (LEMOS, 2005, p.54)

A partir dos anos 80 com maiores possibilidades de realizações na área artística, antes duramente controlada pela Ditadura Militar, um marco evidente desta mudança é o Sesc Pompeia, inaugurado em 1982 porém com uso improvisado entre 73 e 77 (CENNI, 1991, p.117). A antiga fábrica de tambores, tanto em sua proposta arquitetônica como programática, inovou a ação da instituição. Para Detroz, essa unidade “parece ter surgido a partir destas necessidades da indústria cultural, que visa atingir a população com sua estética e seu poder de ‘detentor da cultura’, transformando esta em mercadoria” (2015, p.51). No caso de São Paulo, este período é marcado por mudanças administrativas. Em 1984, Abram Szajman entra na presidência e

passou a dirigir o SESC como mais uma de suas empresas, com a meta de diminuir os subsídios das unidades e acrescer o seu número. Por isso adotou de início rígidas medidas no pagamento dos salários dos funcionários, suspendeu a concessão de bolsas ao exterior e outros benefícios concedidos aos técnicos na administração anterior e iniciou várias construções, visando a expansão da rede de cidades atendidas pelo SESC no estado de São Paulo e o aumento da quantidade de postos de prestação de serviços na capital.(CENNI, 1991, 138)

As medidas mencionadas na passagem acima podem ser relacionadas ao momento de crise econômica que a instituição passou em 1980, como reflexo dos acontecimentos do país, portanto ela foi “obrigada a fazer um corte de pessoal e a buscar novas parcerias na iniciativa privada” (LEMOS, 2005, p.66)

Marcelo Lopes relaciona o ingresso de Danilo Santos de Miranda como diretor do Departamento Regional de São Paulo na década de 1980 com “uma forte linha de investimentos no Programa de Cultura” (2015, p.57), por sua vez Pompolo indica que neste período o Sesc São Paulo passa a realizar atividades culturais fora das unidades, ocupando ruas e praças, para salientar a tomada de importância da cultura na instituição, o que não deixou de ser também uma forma de propaganda e meio de atingir a população em geral (2007, p. 214).

Nos anos 90 o Sesc amplia sua atuação para o interior e define como áreas prioritárias a saúde e a cultura, em 1998 foi criado o projeto Sesc Ler<sup>9</sup>, que prioriza sua atuação aos municípios mais carentes com alta taxa de analfabetismo, trabalhando no Programa Educação dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na primeira década do século XXI é inaugurado o projeto Mesa Brasil, que atua no combate à fome e ao desperdício de alimentos, já no período entre 2010 e 2020 a expansão das unidades pauta-se em práticas sustentáveis, a sustentabilidade passa a transitar entre os diversos programas encabeçados pelo Sesc.

Acerca das instalações, há, de acordo com o Relatório Geral do Sesc de 2019 (último a ser disponibilizado na área de transparência da instituição<sup>10</sup>), 623 unidades fixas e 145 unidades móveis. São ao todo 137 teatros, 44 cinemas, 54 galerias de arte, 22 centros culturais, e 382 bibliotecas e salas de leitura. As unidades do Sesc podem comportar usos específicos, como é o caso dos 22 centros culturais citados, ou diversos, em momento oportuno, no próximo capítulo trabalharemos a questão da especificidade, ou não, das unidades e como isso pode interferir na atuação do Sesc, analisando também como se configura a distribuição destes equipamentos culturais ao longo do território nacional.

---

<sup>9</sup> <https://www2.sesc.com.br/portal/educacao/EJA/SescLer/Sesc+Ler> Último acesso: 26/11/2021

<sup>10</sup> Disponível no endereço:

<http://transparencia.sesc.com.br/wps/wcm/connect/a00b1e8e-ea6c-4134-90a6-bf5024123c5e/Relatorio+Geral+do+Sesc+2019.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a00b1e8e-ea6c-4134-90a6-bf5024123c5e>  
Último acesso: 03/10/2021

### 3.2 - O Programa Cultura

Dentre os Programas de atuação do Sesc, o Programa Cultura se apresenta como o mais aberto para a população em geral, isto é, há uma maior quantidade de atividades concernentes a este programa que não exigem o credenciamento do usuário. As atividades estão divididas por blocos de acordo com a peculiaridade de cada uma delas, portanto, há o bloco das Artes Cênicas, que comporta as ações ligadas ao Teatro, Circo e Dança, o das Artes Visuais, contemplando pintura, desenho, gravura, escultura, fotografia, instalação, artesanato e multimeios, Música, Literatura, Audiovisual, nas suas variadas formas, ficção, videodança, animação e etc., Biblioteca, captação e difusão de livros, consulta, empréstimo e pesquisa documentária. Comum a praticamente todos os blocos, existem oficinas, cursos, palestras, desenvolvimento de experimentações e debates.

Nota-se que o Sesc atua não somente como um meio para a realização de atividades artísticas, disponibilizando suas estruturas, mas também pode ser entendido como um formador de futuros artistas por conta da presença dos cursos, não somente, podemos entendê-lo também como produtor e difusor de cultura na medida em que possui, ligado ao SescSP, um selo musical, o Selo Sesc, que visa revelar novos talentos e uma editora, a Edições Sesc, que publica obras sobretudo não-ficcionais, por fim, há também o SescTV que atua como um canal televisivo que pode ser assistido tanto pela internet como através de algumas operadoras de TV pagas, o canal está sediado em São Paulo. Observamos também que cultura para o Sesc não é um investimento somente para transformar a vida dos indivíduos, mas é igualmente um investimento econômico na medida em que ao indicar que foram direcionados mais de 1.285 bilhão de reais para a cultura a instituição apresenta o seguinte raciocínio: “segundo estudo da FGV (DEZ/2018) sobre economia criativa, cada R\$ 1,00 investido em cultura gera, em média, R\$ 1,59 na economia local ≈ R\$ 2,04 bilhões de impacto na economia do Brasil no ano” (SESC, 2019, p. 49). Valverde nos atenta para o fato de que

Na atualidade, não apenas os grandes agentes econômicos já descobriram as vantagens de um referenciamento cultural de seus mais diversos produtos, como por exemplo, os Estados já aceitaram que é preciso pensar na cultura como via importante para o desenvolvimento regional, assim como os agentes do terceiro setor já tomaram práticas culturais como formas de intervenção econômica e política sobre o mundo. Por mais impreciso que seja o próprio estatuto ontológico da cultura, é preciso reconhecer a força de sua ideia geral para o mundo real. Nesse contexto,

(re)produzir cultura significaria promover intervenções no mundo que são significativas, uma vez que ultrapassam a questão da identidade e do consumo. Pensar, agir e produzir sob a justificativa cultural significaria realizar a escolha de uma estratégia que pode aproximar agentes, mobilizar recursos e ganhar nova força no mundo globalizado. (2015, p.392)

Neste sentido se faz necessário refletir sobre as implicações da atuação do Sesc, a instalação de unidades, não apenas como um fato que interfere tão somente na vida do indivíduo/sociedade, como também um vetor de mudança na vida econômica da cidade, um equipamento que ao ser fixado pode agir no sentido de diferenciar, requalificar o local em que se insere.

A respeito do debate acerca do termo Cultura e a polissemia que ele carrega, o Sesc, justamente por essa variedade, identifica que a principal característica dele é a multiplicidade e a partir disso funda-se a ação que

busca proporcionar a aproximação entre os diferentes estratos sociais e a produção artística, entendendo arte como algo de natureza subjetiva e como resultado do desenvolvimento da sensibilidade humana em consonância com os diferentes contextos sociais de cada momento histórico: a arte em seu sentido social e como forma singular de comunicação. (SESC, 2015, p.11)

Encontramos neste posicionamento da instituição uma aproximação ao segundo eixo de reflexão que o termo cultura proporciona e que Berdoulay apresenta como: “o da cultura como fenômeno individual, como desenvolvimento pessoal do indivíduo em seu contexto.” (2012, p. 119).

### 3.3 - Escolha do Sesc como objeto de estudo

Estando, atualmente, presente em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, essa entidade nos permite, ao estudá-la, compreender a dinâmica de uma proposta cultural que se organiza através de múltiplas unidades espalhadas pelo território nacional, constituindo-se então numa rede por se pautar em diretrizes gerais que norteiam a atuação dos Departamentos. Nos permite refletir sobre o conceito de rede junto às atividades culturais realizadas em âmbito nacional, sendo igualmente possível analisar as dinâmicas próprias das regiões. Ademais, entendemos que o Sesc desempenha um papel de suma importância na democratização do acesso à cultura, a instituição propõe entradas com preços

acessíveis se comparados com os de mercado. Tomemos como exemplo a vinda do artista estadunidense '(Sandy) Alex G' para tocar duas noites no Sesc Pompeia (16 e 17 de Janeiro de 2020), o custo para o acesso variou entre 40 reais (inteira), 20 reais (meia) e 12 reais (valor especial para pessoas que possuem a credencial plena do Sesc), no mesmo dia (16 de Janeiro) a banda britânica 'TTNG' realizou show em São Paulo tocando na Fabrique Club, localizada na Rua Barra Funda, 1071, em área conhecida por possuir casas de show de médio porte que recebem artistas nacionais e internacionais, com meia entrada custando 90 reais e a inteira 180 reais. Ambos os eventos consistem da vinda de artistas internacionais que, aqui no Brasil, possuem um público semelhante, porém o preço para acessar o evento é muito discrepante entre as casas.

Em 2019 totalizaram-se quase 73 mil apresentações ou exibições artísticas, e o público destas atividades ultrapassou os 13,5 milhões. De certa forma podemos afirmar que o Sesc abre espaço tanto para artistas iniciantes, ou com menor visibilidade, quanto para nomes que circulam pelos grandes meios de difusão midiática, privilegiando a difusão de produções nacionais.

Finalmente, inserindo-se nas cidades, a instituição atua como mais um, ou um dos poucos, ambientes com estrutura satisfatória para a realização das atividades, sem contar a frequente presença de espaços multiuso que são passíveis de adaptação para receber estes eventos.

## 4 - Atuação nacional do Sesc

Partimos neste capítulo para a apresentação da atuação nacional da cultura, ou das apresentações artísticas, no Sesc, dividimos esta seção a partir de diferentes contribuições que permitem a análise desta atuação: 1) sobre a distribuição das unidades por Estado e qualificação dos equipamentos culturais por nós da rede; 2) acerca dos fluxos de atividades e público; 3) sobre o orçamento e atuação por modalidades (Cinema, Teatro, etc.); 4) da forma como a rede se distribui e correlações com aspectos da realidade demográfica e urbana do país.

Os dados a seguir vão tratar do Sesc em escala nacional e regional. Estes foram obtidos no Portal de Transparência da instituição, estão presentes informações coletadas em Anuários Estatísticos e dos Relatórios Estatísticos e foram coletados dados referentes ao orçamento dos Departamentos Regionais. Como um todo, observou-se que há uma diferença significativa entre as quantidades de unidades e orçamentos dirigidos ao Programa Cultura pelos Departamentos Regionais. Almejamos demonstrar que a diversidade das atividades que pode ser notada internamente dentro da cidade de São Paulo é menor do que as variações entre unidades federativas que vemos em um plano federal. Nesse sentido, algumas unidades de São Paulo individualmente analisadas podem ter indicadores semelhantes aos reunidos em unidades federativas periféricas dentro da Rede Sesc nacional. Acreditamos que essa distorção do comportamento da rede, na qual uma unidade do interior paulista, Campinas, supera em número de atividades uma unidade federativa, tomemos como exemplo o Acre<sup>11</sup>, se estabelece pelas formas de financiamento e gestão autônomas conferidos aos Departamentos Regionais da instituição. De fato, confere a possibilidade de direcionar sua atuação com certa liberdade e adotar formas que não são comuns a outros Departamentos Regionais; breve, entendemos que a atuação pode privilegiar certos Programas da instituição, e não distribuir de forma equitativa o orçamento, assumindo preferências próprias do Departamento.

---

<sup>11</sup> Em 2016 o Sesc Campinas contabilizou 839 atividades e 136.613 frequentadores, no mesmo ano no Acre foram realizadas 725 com o total de 152.661 frequentadores. Atividades e público ligados às Apresentações Artísticas do Programa Cultura

Todavia, se tendemos a achar que o Sesc é unicamente especial em São Paulo, Danilo Miranda discorda deste fato, apontando o próprio Acre como um dos possíveis exemplos que ilustram o pioneirismo da instituição (TV Cultura, 2011).

As unidades fixas da instituição contabilizam 407 unidades<sup>12</sup> que estão distribuídas da seguinte forma: Acre (AC) - 9, Alagoas (AL) - 7, Amapá (AP) - 7, Amazonas (AM)- 12, Bahia (BA) - 15, Ceará (CE) - 17, Distrito Federal (DF) - 10, Espírito Santo (ES)- 15, Goiás (GO) - 7, Maranhão (MA) - 6, Mato Grosso (MT) - 14, Mato Grosso do Sul (MS) - 9, Minas Gerais (MG) - 20, Pará (PA) - 12, Paraíba (PB) - 7, Paraná (PR) - 33, Pernambuco (PE) - 16, Piauí (PI) - 17, Rio de Janeiro (RJ) - 22, Rio Grande do Norte (RN) - 11, Rio Grande do Sul (RS) - 40, Rondônia (RO) - 8, Roraima (RR) - 6, Santa Catarina (SC) - 33, São Paulo (SP) - 39, Sergipe (SE) - 8, Tocantins (TO) - 10. Entretanto, ao consultar os sites dos departamentos regionais alguns números não coincidem, por exemplo, no site do Sesc de Santa Catarina constam 50 unidades, no do Rio Grande do Sul 57, no da Bahia 23, em Minas Gerais 33; outras discrepâncias poderiam ser elencadas porém nos contentamos com a ilustração destas, que são as mais significativas em questão numérica. Cabe recordar que as unidades podem atuar de diversas formas, temos Centros de Atividades que possuem uma atuação mais ampla, Centros de Turismo e Lazer o qual engloba unidades passíveis de hospedagem, Centros Educacionais, e outras que são unidades específicas, podendo ser centros culturais, apenas uma biblioteca, consultório médico, contando, ou academia para realização de atividades físicas, portanto, estas unidades contam com um uso mais restrito.

A Tabela 3 foi construída como consequência da comparação entre as informações disponíveis das Instalações, entende-se, neste caso, dos equipamentos culturais da instituição, presentes nos Relatórios Estatísticos entre os anos 2014 e 2017, uma vez em que não há relatórios ou dados disponíveis de anos anteriores e posteriores. A simples forma desigual de disposição e transparência de dados, por si só, já é reveladora dos desafios diferenciados que são vividos em diferentes partes do território nacional. Faz-se necessário, então, aproveitar essas informações para conferir visibilidade a estas diferenças regionais dentro da rede.

---

<sup>12</sup>Os números de unidades estão apresentados seguindo as informações contidas no portal do Departamento Nacional (<https://www2.sesc.com.br/portal/sesc/unidades/>). Como mencionado há conflitos entre os números de unidades presentes neste endereço com os apresentados nos sites de alguns departamentos regionais.

Tabela 3

Transformação das Instalações do Sesc entre 2014-2017									
Programa Cultura:	2014	2015	2016	2017	2014/17 -CO	2014/17 -NE	2014/17 -N	2014/17 -SE	2014/17 -S
Bibliotecas	204	212	220	227	28/22	51/58	18/19	47/61	58/65
Bibliotecas Sesc Ler	69	69	66	67	4/4	29/29	33/31	0/0	3/3
Salas de Leitura	24	24	17	16	1/1	5/1	0/0	14/9	3/5
Bibliosesc <sup>13</sup>	57	57	57	57	9/9	17/17	11/10	12/13	8/8
Cinemas	24	28	33	41	1/5	7/7	8/15	4/7	3/6
Teatros	128	136	139	122	10/10	41/24	6/12	55/55	15/20
Centros culturais	15	15	15	21	4/8	2/4	2/4	4/3	2/2
Espaços expositivos	100	104	115	127	9/14	15/16	5/9	42/55	27/30
Galerias de Artes	45	46	49	49	4/3	14/16	7/7	12/13	8/10
Oficinas de artes visuais	74	75	77	75	12/12	15/14	4/4	19/21	22/22

Fonte: Departamento Nacional Sesc . Organização: André Sevilha Alves

Podemos observar que, em suma, houve aumento recente na maioria das instalações em âmbito nacional e regional, proporcionando uma ampliação da abrangência da rede Sesc em seu programa voltado às práticas culturais. Há apenas uma grande queda numérica, que é em relação à quantidade de teatros presentes na região Nordeste. Porém, essa infraestrutura se distribui numericamente de forma desigual entre as regiões. Há uma concentração dos equipamentos específicos para as atividades voltadas ao Programa Cultura no Sudeste (SE) e no Sul (S), em menor grau no Nordeste (NE), enquanto no Centro-Oeste (CO) e Norte (N) a infraestrutura é bem menor em comparação às outras regiões do país. Considerar a disponibilidade de infraestrutura por si, finalizada em si, pouco contribui para compreendermos melhor a atuação cultural do Sesc, nota-se que apesar da existência de 106 unidades presente na região Nordeste (que conta com 9 Estados), seus equipamentos estão muito distantes da oferta destes equipamentos no Sudeste

<sup>13</sup> Bibliotecas móveis que circulam em locais com baixa acessibilidade à obras literárias promovendo, além dos empréstimos de livros, contações de histórias, clubes de leitura, bate-papos. Atua em todos os Departamentos, exceto no Espírito Santo.

Fonte: <https://www.sesc.com.br/unidades-moveis/bibliosesc/> Acesso em: 26/10/2021.

(4 Estados e 90 unidades) e no Sul (3 Estados e 109 unidades), deste último mais próximo na quantidade de estruturas. Vemos, então, um diálogo com a realidade econômica que contrasta com a realidade demográfica, pois, a população nordestina supera a da região Sul, o que implica num público potencial superior, porém, por se tratar de um financiamento vindo, principalmente, da arrecadação do próprio Estado em que se encontra o Departamento Regional, o Sul está em situação privilegiada em relação à boa parte dos Estados do Nordeste. Com maior repasse há a possibilidade de direcionar mais dinheiro para a realização de atividades e investimento nos equipamentos.

A presença das Bibliotecas do programa Sesc Ler nas regiões Norte e Nordeste nos permitem explorar melhor a questão econômica por trás da infraestrutura, este programa faz parte da atuação do Sesc na área da Educação<sup>14</sup>. As unidades do Sesc Ler não possuem grandes equipamentos para apresentações/exposições, então, subentende-se, que há uma quantia menor do orçamento para a realização de práticas culturais, pois, o foco é atuar na defasagem do ensino na região, de forma diferente do que há amplamente nos Estados do Sul, onde há forte presença do Programa Educação<sup>15</sup>, principalmente em Santa Catarina, mas são poucas as unidades do Sesc Ler nesta região, a rede se expande pelos municípios do interior com escolas mais próximas com o que temos no município de São Paulo nos Centros Educacionais Unificados (CEU), portanto, com melhor estrutura. Entendemos que essa diferenças está, também, aproximada com fatores orçamentários, como veremos mais adiante (Tabela 4), há diferenças significativas entre os orçamentos destinados ao Programa Cultura, e a diferença também está presente em outros programas, como o voltado à Educação, desta forma, unidades ligadas ao ensino mas que apresentações artísticas também se inserem nas atividades realizadas, podem se beneficiar do investimento realizado no Programa Educação.

Analisando o total de apresentações e público entre os anos de 2001 e 2016 por unidade federativa, identificamos a existência de dois tipos de atuação cultural dentro dos Estados: o primeiro tipo exprime a concentração de atividades e público no interior ou capital; por sua vez, o segundo tipo é aquele em que não se observa

---

<sup>14</sup> Cf. p. 30

<sup>15</sup> Escolas do Sesc com oferta de Ensino Fundamental (I e II) e Ensino Médio estão presentes em todas as regiões do país, com destaque para o Sul e Nordeste.

concentração espacial dos fenômenos no interior ou na capital. Para compreender as diferenças de atuação mencionadas procuramos observar a forma com a qual estão distribuídas as unidades pelo estado, e disso elaboramos duas propostas de explicação: o primeiro tipo tende a ocorrer onde a rede está bem distribuída no estado referente e na capital existe apenas uma ou poucas unidades atuando no Programa Cultura, portanto, temos uma superação do interior em relação à capital, como no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a forma outra de concentração ocorre onde há valores maiores para as capitais, como no Espírito Santo e Acre, que são locais nos quais as unidades do interior não se inserem efetivamente no Programa, ou o fazem de forma muito esporádica, podendo haver anos sem atividade algum e anos com algumas poucas atividades; o segundo tipo se refere às que possuem diferença pouco expressiva (apesar da diferença ser o dobro em alguns anos o caso é entre 300 e 600, por exemplo), podem ser elencados como exemplo de casos nos quais há aproximação dos valores o Mato Grosso do Sul e a Bahia, no primeiro exemplo temos duas unidades atuando culturalmente no Estado, uma na capital Campo Grande e outra em Corumbá<sup>16</sup>, por sua vez, no Departamento baiano, a capital conta com 5 unidades atuantes no Programa Cultura e o interior com 7, principalmente nas unidades de Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Os Gráficos 1 e 2 ilustram a participação de cada unidade federativa nas apresentações artísticas do Programa Cultura entre os anos 2001 e 2016<sup>17</sup>, com elas podemos identificar as tendências de evolução da atuação da rede em escala nacional, observando as disparidades e homogeneidades.

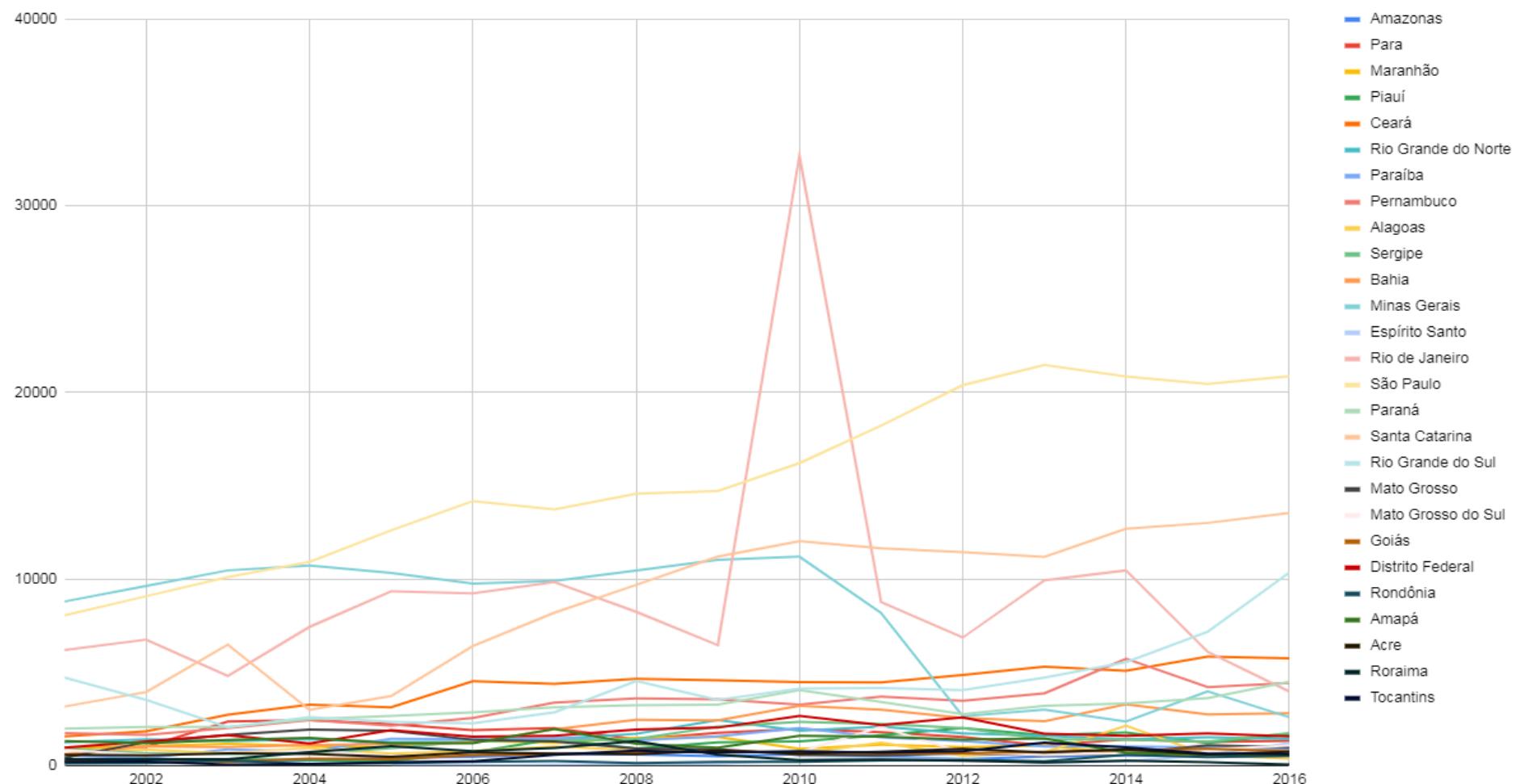
---

<sup>16</sup> A unidade de Corumbá começou a operar em 2014, antes disso as unidades de Três Lagoas e Dourados também exerciam atividades de apresentação artística, em 2018 é inaugurada uma unidade especializada em cultura em Campo Grande.

<sup>17</sup> Durante este recorte temporal há uniformidade da apresentação dos dados nas tabelas do Sesc. A partir de 2017, a instituição adota uma nova forma de disponibilizar os dados dos anuários estatísticos, a qual não nos permite identificar as atividades por cidade nem a relação capital/interior.

Gráfico 1

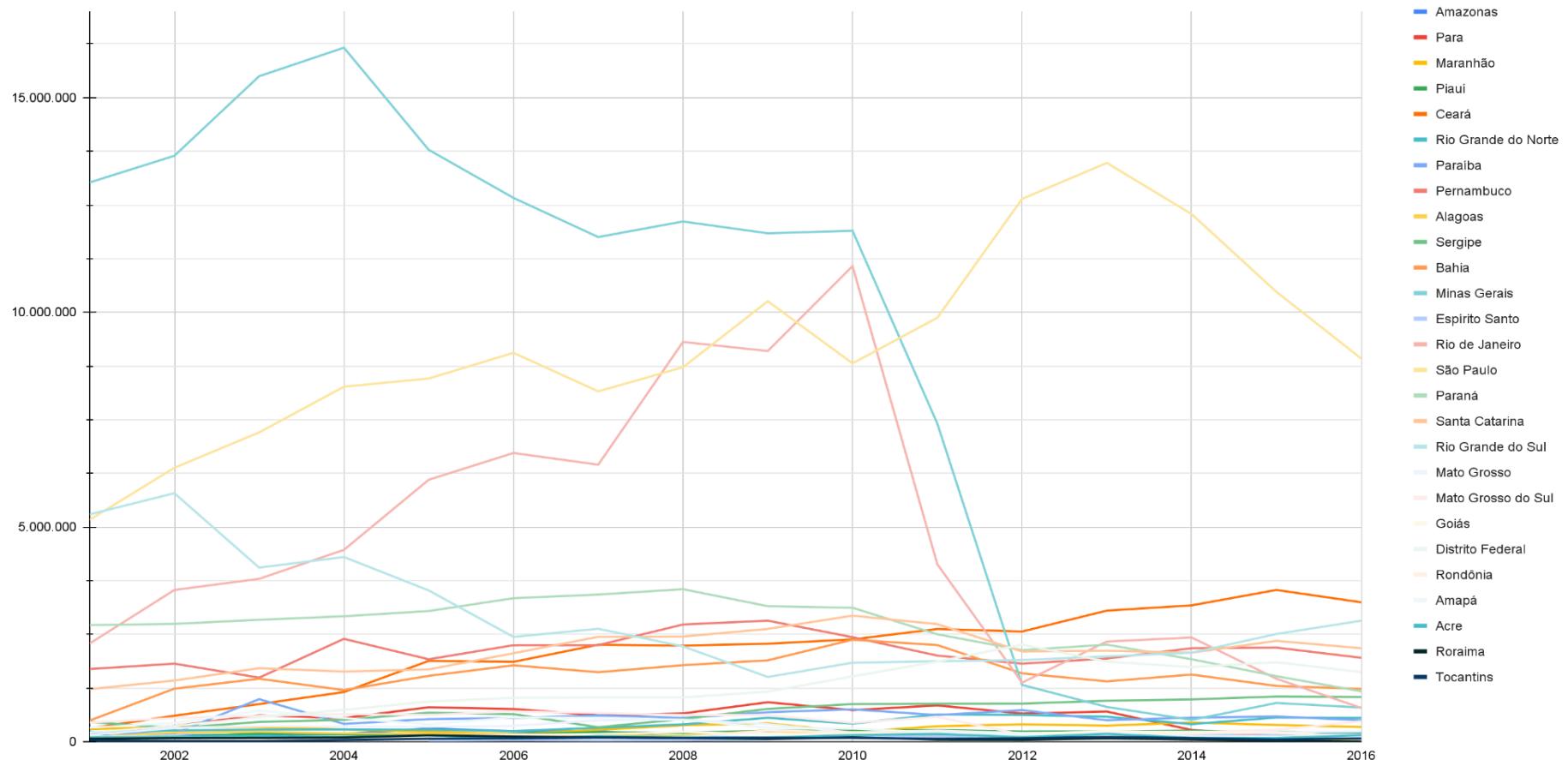
Comparação número de Apresentações Artísticas 2001-2016



Fonte: Departamento Nacional- Sesc. Organização: André Sevilha Alves

Gráfico 2

Público por Departamento Regional (2001-2016)



Fonte: Departamento Nacional- Sesc. Organização: André Sevilha Alve

Estes gráficos manifestam o predomínio das atividades e do público nas regiões Sudeste e Sul, a diferença era ainda maior antes de 2011, quando Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul tinham participação mais intensa, com destaque para o estado mineiro que supera todos os outros, mesmo não tendo tantas atividades quanto São Paulo. O motivo destas quedas não se explica pela diminuição do número de unidades (de nós, portanto), pois, no período analisado, houve um aumento, tanto que o público diminuiu de forma mais acentuada do que o número de atividades nestes Departamentos. Num todo, observamos que houve um aumento nos dados de Apresentações Artísticas para quase todos os Estados, um fator que pode ajudar a entendermos este fato está ligado à ampliação das unidades no país, mas também pela intensificação das atividades por unidade, uma vez que os valores tanto para a capital quanto para o interior indicaram tendência de crescimento no período analisado, há, portanto, mais nós contribuindo para a circulação de atividades culturais da rede Sesc e uma sensível maior capilaridade da rede no território.

Depreende-se deste estudo que a influência das crises econômicas é uma hipótese plausível, pois o Sesc é financiado com base no repasse de parte dos tributos que seriam destinados ao Estado a partir da folha de pagamento dos funcionários. Portanto, com a crise e possíveis demissões diminuiria a parcela das arrecadações, não obstante, o governo federal pode intervir nessa relação. Cabe mencionar as ameaças direcionadas ao arrecadamento da instituição pelo ministro Paulo Guedes que desde de 2018 (antes de assumir oficialmente o cargo) ameaça cortes no Sistema S<sup>18</sup>. Entretanto, no período estudado, as crises não aparentam ter influenciado nas atividades. Infelizmente, a instituição não possui um histórico completo dos orçamentos, estando disponível apenas os dos anos mais recentes e mesmo assim não está padronizado.

Na Tabela 4 podemos observar a diferença entre o orçamento realizado, destinado ao Programa Cultura no ano de 2018<sup>19</sup> entre as unidades federativas. Não constam dados referentes aos seguintes estados: Goiás e Roraima.

---

<sup>18</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/tem-que-meter-faca-no-sistema-diz-paulo-guedes-23311287>

Em

<sup>19</sup> Optamos pelo ano de 2018 pela questão da disponibilidade de dados. Não há uniformidade do formato, nem da oferta, destas informações e, portanto, optamos pelo ano em que há maior número de Departamentos com dados orçamentários disponibilizados, e discernidos pela natureza da atividade. Nota-se que a soma das quantias direcionadas às modalidades não totaliza o orçamento do Departamento, há outros gastos que não foram inseridos na nossa tabela, como despesas com pessoal e investimento em infraestrutura.

Tabela 4- Orçamento do Programa Cultura por Departamento Regional em 2018 (Em Reais)

U.F	Valor Orçado Anual	Artes Cênicas	Artes Visuais	Música	Literatura	Audiovisual	Biblioteca
SP	957.190.175,00	120.158.242,00	87.036.052,00	153.957.458,00	14.625.490,00	22.260.168,00	5.192.292,00
RJ	166.904.789,00	21.999.158,00	4.026.888,00	11.005.605,00	2.312.325,00	940.364,00	2.279.351,00
MG	47.701.332,00	12.964.566,00	1.169.216,00	6.847.558,00	800.375,00	686.635,00	1.519.648,00
ES	1.475.315	218.410,00	151.280,00	191.725,00	107.885,00	74.025,00	299.540,00
PR	17.565.468,00	2.948.823,00	1.379.675,00	3.434.356,00	2.174.561,00	441.503,00	2.298.914,00
RS	39.076.536,00	10.533.035,00	473.544,00	7.237.384,00	1.455.359,00	349.270,00	2.300.572,00
SC	12.187.644,00	3.965.504,00	619.638,00	2.229.154,00	1.535.039,00	186.089,00	2.115.540,00
CE	23.036.323,00	10.254.519,00	468.150,00	4.193.640,00	660.481,00	345.000,00	1.607.649
AL	3.470.581,00	299.161	267.389,00	346.733,00	187.948,00	156.347,00	597.296,00
BA	12.040.890	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
MA	5.701.940,0	2.246.410,00	453.100,00	1.403.940,00	286.040,00	90.130,00	844.100,00
PB	3.243.400,00	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
RN	3.410.230,00	385.901,00	48.134,00	861.621,00	139.387,00	79.900,00	711.288,00
SE	2.167.526,00	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
PI	7.725.063,00	R\$ 1.326.567,00	R\$ 444.012,00	R\$ 1.345.638,00	R\$ 303.951,00	R\$ 151.435,00	R\$ 926.029,00
PE	19.748.788,0	6.891.139,00	1.860.806,00	1.368.179,00	954.165,00	681.388,00	1.312.905,00
AP	2.175.122,00	380.140,00	110.258,00	200.725,00	7.061,00	114.045,00	299.733,00
AC	1.983.000	333.500	45.500	116.500	29.000	16.000	226.000
AM	4.242.670,00	351.550,00	109.140,00	119.800,00	259.300,00	23.100,00	490.470,00
RO	1.447.141.743	1.235.999	120.790,00	156.620,00	50.920,00	115.155,00	498.558,00
TO	6.024.011,00	539.176,00	104.066,00	336.746,00	137.760,00	250.276,00	440.190,00
PA	8.316.840,00	1.080.880,00	415.839,00	1.686.909,00	200.876,00	194.615,00	1.073.767,00
DF	11.850.679,00	5.347.086,00	666.458,00	1.519.127,00	198.066,00	66.900,00	1.588.825,00
MT	13.373.594	2.073.310	1.049.940	1.142.786	802.889	638.330	602.130
MS	8.248.140	1.187.782	257.598	1.140.618	343.466	151.884	539.611

Fonte: Departamento nacional. Org.: André Sevilha Alves

Os valores empregados nos Departamentos Regionais são bem distintos. Em São Paulo, gastou-se aproximadamente o triplo do que foi gasto na soma entre todos os outros departamentos, que não deixam de ser desiguais ao serem comparados os valores por região. Observamos que os Departamentos Regionais

mais ativos neste Programa são justamente aqueles com boa disponibilidade de unidades e com os maiores orçamentos (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal), exceto Mato Grosso. Entre 2017 e 2020 o total orçado para o Programa Cultura foi, respectivamente: 1.386.526.587 R\$, 1.392.648.840 R\$, 1.479.090.522 R\$ e 1.527.767.384 R\$, cabe mencionar que este não é distribuído exclusivamente para as modalidades, há custos com infraestrutura, com melhorias das unidades, com questões institucionais no geral. De certa forma estes valores por Departamentos e a região em que estão inseridos permite comparação com a concentração territorial dos valores captados pela Lei Rouanet, apresentado por Valverde (2020) na qual o Sudeste, e em especial São Paulo e Rio de Janeiro possuem os maiores valores captados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aparecem na sequência assim como no orçamento do Programa Cultura do Sesc, ainda que proporcionalmente São Paulo não tenha a concentração tão exagerada como é no caso da instituição estudada.

Estes dados nos permitem colocar São Paulo como a centralidade do Programa Cultura. Enquanto o Programa estudado teve o montante apresentado na Tabela 4, ao Programa Educação a despesa orçada para o mesmo não passou (em reais) dos 200 milhões, no Lazer próximo dos 330 milhões, no Saúde pouco mais de 350 milhões e, por fim, o Programa Assistência ultrapassou levemente os 73 milhões. Há um descompasso significativo entre os Programas.

Apesar de Miranda<sup>20</sup> falar publicamente que a crise econômica iria afetar a arrecadação, isto não se traduziu de forma expressiva no orçamento cultural, como podemos observar houve um aumento entre os valores. A distribuição do orçamento por modalidade está de acordo com a infraestrutura da rede, apresentada na Tabela 3, os maiores valores estão devidamente direcionados às artes cênicas, portanto, teatro e dança, e às apresentações ligadas à música, são três atividades que se valem amplamente dos teatros e auditórios da instituição para sua realização. Não obstante, em âmbito nacional, observa-se a partir do trabalho de Valverde (2020) uma queda do orçamento ligado à cultura, que passa de R\$ 2,34 bi em 2016 para R\$ 1,87 bi em 2020, o que se passa num quadro geral de sucateamento da gestão federal da cultura nos governos pós-impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff,

---

<sup>20</sup> Conferir [Metrópolis: Sesc em Perigo](#)  
Disponível em: <https://youtu.be/kpL6nBCBAyM>

além da Lei Rouanet outras políticas culturais sofreram, Valverde expõe os Pontos de Cultura e a Cultura Viva como exemplos destas políticas que tendem a serem canceladas/fechadas/suspendidas.

Nos Gráficos 1 e 2 temos os dados referente ao público e número de apresentações artísticas por modalidade entre 2001 e 2016. A partir deles nós conseguimos analisar a relação entre estes dados e a atuação efetiva da programação cultural, o que reflete as particularidades de atuação dos tipos de apresentação artística, as diferentes formas de relação entre a atividade e a estrutura da unidade.

Gráfico 3

### Público de Apresentações Artísticas por modalidade 2001-2016

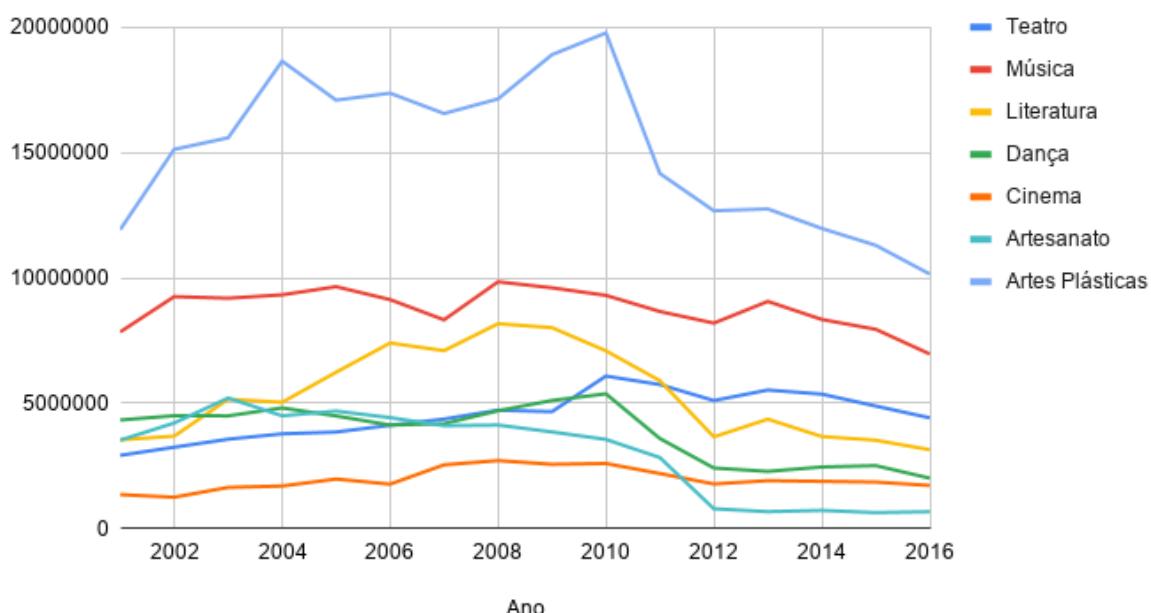
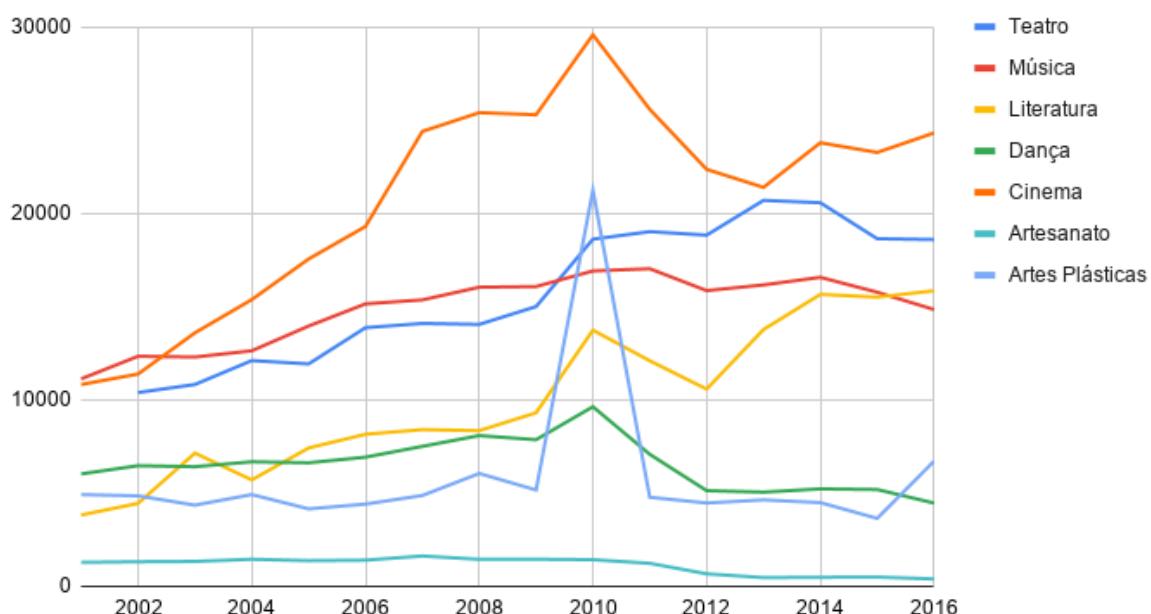


Gráfico 4

### Número de Apresentações Artísticas por modalidade 2001-2016



Fonte: Departamento Regional- Sesc. Organização: André Sevilha Alves

Comparando o número de Apresentações por modalidade e o público na mesma observamos que não há necessariamente uma correspondência entre estes dados, queremos dizer que, o fato do público ser maior nas atividades de artes

plásticas (exposições) não quer dizer que existem mais exposições do que outras atividades. Neste sentido, podemos traçar uma linha explicativa fundamentada na forma como acontecem esses eventos, em outras palavras, nos momentos em que as estruturas da rede (ou os nós) estão ativas e por quanto tempo permanecem ativas, pois isto influencia diretamente na quantidade de pessoas que potencialmente podem se inserir na programação.

Vejamos: as exposições de artes plásticas possuem menor número mas grande público porque tendem a ser eventos que perduram por mais de um dia, via de regra, podendo ficar semanas instalada na unidade, enquanto um espetáculo teatral, show, exibição de filme são eventos mais efêmeros, mesmo que dentro de um circuito de apresentações por diversas unidades são atividades que ativam a estrutura por um período do dia, ou por alguns dias se considerarmos um festival de música ou de cinema. Quanto à adesão de público, as artes plásticas possuem um potencial maior por não estarem limitadas a um cronograma diário, há um espaço que o público pode acessar por um longo período de tempo durante toda a estadia do evento na unidade, compreendemos que há uma possibilidade de um incremento no número de pessoas que comparecem às exposições pelo caráter da maioria das unidades, por serem centros de atividades, e esta modalidade ser estritamente gratuita, as pessoas podem facilmente apreciar o evento antes ou depois da atividade que motivou sua ida ao Sesc, há também a possibilidade de uma visita à exposição estimular a permanência na unidade para um evento que acontecerá no mesmo dia e que o frequentador não tinha conhecimento. Não excluímos, entretanto, as apresentações feitas nos espaços de convivência que como trabalhado por Oliveira (2008) são importantes para a atuação da rede, estas atingem principalmente o público do Sesc, que consiste nos credenciados que frequentam com maior regularidade uma unidade em específico, normalmente próximo da residência ou trabalho do indivíduo.

Desta forma entendemos que as principais atividades da rede são proporcionais à estrutura e a lógica de exibição dos mesmos; portanto, predomina numericamente àquelas que possuem caráter mais pontual, sessões de cinema, shows e espetáculos teatrais, porém, apesar de existir uma boa quantidade de salas expositivas e galerias de arte, as exposições possuem menor número por se estenderem num período de tempo maior, isto aliado ao caráter amplamente gratuito nos espaços do Sesc são fatores vitais para esta ser a atividade que possui maior

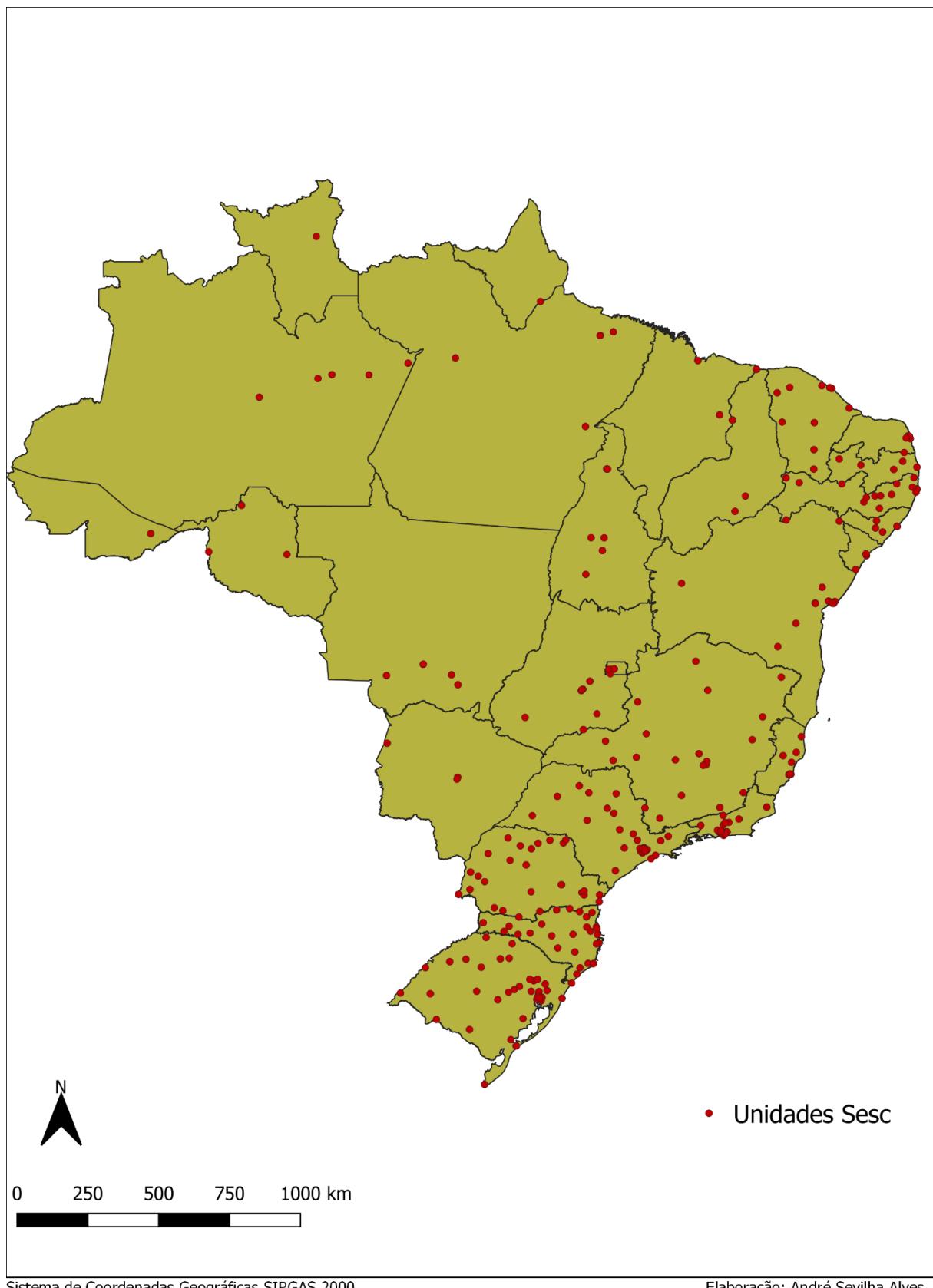
público. Com exceção das atividades envolvendo artesanato, todas as modalidades cresceram ao longo dos anos, em especial as atividades envolvendo literatura.

Quanto ao público, apoiado nos Relatórios Estatísticos de 2014 a 2017 e no Relatório Geral do Sesc de 2019, identificamos que há uma importante presença das crianças como público dependente dos comerciários, o que entra em acordo com as programações especiais para este público nas férias. Isso significa que os serviços disponíveis na rede Sesc comportam igualmente função complementar às atividades escolares, ou seja, possui influência de ordem formativa de cidadãos. A questão da renda dos comerciários reforça essa leitura de forma significativa uma vez que o Sesc reitera que suas atividades têm como foco a acessibilidade da clientela com baixa renda, como observamos a grande maioria recebe menos do que 3 salários-mínimos (85% dos trabalhadores do comércio credenciados em 2016, 79% em 2017 e 76% em 2019). Dentro desta faixa salarial, o gasto da família/do indivíduo, com lazer e cultura tende a perder na disputa com os gastos de alimentação e transporte, que são priorizados involuntariamente. Como mencionado por Danilo Miranda em entrevista ao MIS (2016), a tarefa do Sesc é criar plateia e público por um preço acessível.

A seguir será discutida a distribuição das unidades do Sesc em escala nacional e regional no Mapa 1, no qual consta o endereço das unidades, ou a cidade quando não foi possível achar o endereço, que tiveram Apresentações Artísticas no ano de 2016. Compreendemos que este exercício de realizar um mapeamento das atividades em um determinado ano possui as suas limitações. Tal mapa ilustra um dado momento, pode excluir unidades que tiveram atividades em anos passados, mas optamos por um ano ao invés do acúmulo das unidades com atividade desde 2001 para evitar “fantasmas na fotografia”. Nossa intenção foi a de nos permitir uma visualização mais recente da configuração, apesar dos anos que separam 2016 de 2021, pois, reiteramos, a partir de 2017 os Anuários Estatísticos do Sesc não apresentam dados distinguidos por cidades, apenas por Departamentos Regionais. Como resultado, esta produção expressa e reforça a desigualdade da atuação da rede, reforçamos aqui aquilo que Dias destaca como o papel das redes, que consiste em estabelecer conexões entre lugares, sendo os nós da rede “lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere RAFFESTIN” (1996, p. 1148). Destarte, se tomarmos as cidades em que estão inseridas as unidades como nós, identificamos lugares com maior potencial de poder, neste caso consideramos que o

poder pertencente à rede em tela se trata da possibilidade, ou da capacidade, de atrair o público.

Mapa 1- Distribuição das unidades com Apresentação Artística em 2016



Há uma nítida concentração nos estados do Sul e do Sudeste; no Nordeste, grande parte das instalações se encontra na faixa litorânea. Entendemos que essa distribuição desigual está assentada na divisão territorial do trabalho e no desenvolvimento urbano das unidades federativas. Observamos que o Mapa 1 reverbera na nossa mente uma série de cartografias que também expressam desigualdades do uso, ocupação e indicadores do território brasileiro. Para enriquecer nosso estudo sobre a rede materializada pela ação cultural do Sesc nos valemos da análise feita por Rita de Cássia Ariza da Cruz (2020), em artigo no qual a autora estabelece diálogo com a formulação do desenvolvimento geográfico desigual (que a autora chama de à brasileira devido às “particularidades do processo de produção do espaço que fazem do Brasil um caso único, ainda que profundamente marcado por determinações históricas gerais, do passado e do presente.” (p.33)) resultando numa proposta de regionalização do espaço brasileiro que leva em consideração para delimitar as regiões essa teoria.

Cruz (2020), explora aspectos como a divisão municipal brasileira, na qual as regiões Norte e Centro-Oeste tendem a ter municípios mais extensos territorialmente do que os da ‘porção oriental’ do país, para a autora

Essa divisão político-administrativa sugere também uma história territorial marcada por sucessivas divisões territoriais do trabalho e pelo desenvolvimento geográfico desigual das condições gerais de produção, das quais decorrem outras diferenças espaciais e configurações geográficas. (p. 34)

Mais adiante a autora explora a distribuição espacial da indústria<sup>21</sup> e a rede de circulação, estes aspectos também simbolizam as desigualdades e concentrações no território brasileiro, “o processo de industrialização reorganizou o país regionalmente” (p.36), como sabemos este processo se concentrou no Sudeste em especial nem São Paulo, a autora prossegue discutindo a permanência do papel desempenhado por São Paulo, nas palavras de Cruz

---

<sup>21</sup> Dias, Santarosa e Augusta (2021) apresentam a distribuição dos grandes grupos comerciais e industriais que operam no Brasil, no artigo de Cruz (2020) está presente o mapeamento da quantidade de empresas industriais por município, porém, as do comércio não estão presentes, citamos nesta nota que com a leitura do artigo de Dias (2021) demonstra-se que os grandes grupos dos dois ramos estão concentrados (do comércio mais do que da indústria), sobretudo, no sudeste e no sul, com alguns poucos no nordeste e centro-oeste, nenhum na região norte, a qual é até mesmo cortada em alguns mapas devido à aproximação da escala para detalhar melhor a distribuição nas outras regiões.

Nas décadas seguintes[após década de 70], a despeito da restruturação industrial pela qual passou o país, envolvendo desconcentração espacial e perda relativa de importância da indústria na composição do PIB nacional (Lencioni, 2015a), é preservada a hegemonia industrial da região Sudeste tanto no que toca ao volume da produção quanto no valor envolvido e no número de pessoas empregadas. (p. 36)

Sobre as redes de transporte Cruz assevera que

As configurações geográficas produzidas pelas redes de circulação devem ser compreendidas, portanto, para além de sua simples materialidade e sim como expressões, no território, do poder das empresas e do Estado. Como afirma Arroyo (2015, p. 42-3), “caminhos, estradas de ferro, canais, rios dragados são entendidos como linhas de poder estratégico que configuram os territórios”, sendo central a participação do Estado no traçado, na construção e na gestão da infraestrutura de transporte e comunicação. Para Lencioni (2007, p. 6), ao permitir a circulação da mercadoria e, consequentemente, sua realização no mercado, as redes de circulação em conexão direta com o processo produtivo acabam sendo equipamentos prioritários em detrimento “de equipamentos coletivos de consumo relacionados indiretamente ao processo de produção”. (p.38)

A partir da apresentação da desigualdade na disposição destes aspectos (e dos mapas utilizados para reforçar a análise) a autora aponta para a cisão

entre uma porção oriental, concentradora da força de trabalho, mais bem dotada de objetos técnicos relativos à atividade industrial e à circulação de pessoas e de mercadorias, onde forças produtivas e condições gerais de produção se apresentam, portanto, mais densas, e outra porção ocidental, com um território bem menos fragmentado do ponto de vista político-administrativo, menos fluído (Santos; Silveira, 2001) e menos denso no que tange à demografia, assim como à presença de capital fixo relativo a atividades industriais como sistema de engenharia que dão suporte à circulação (onde, consequentemente, as condições gerais de produção encontram-se menos desenvolvidas). (p.39)

Estes fatores, junto ao debate sobre a complexidade crescente das redes com o desenvolvimento da sociedade, realizado no Capítulo 2, expõe um país desigualmente estruturado e articulado, do qual as atividades culturais mediadas pelo Sesc reforçam este caráter quando analisadas espacialmente.

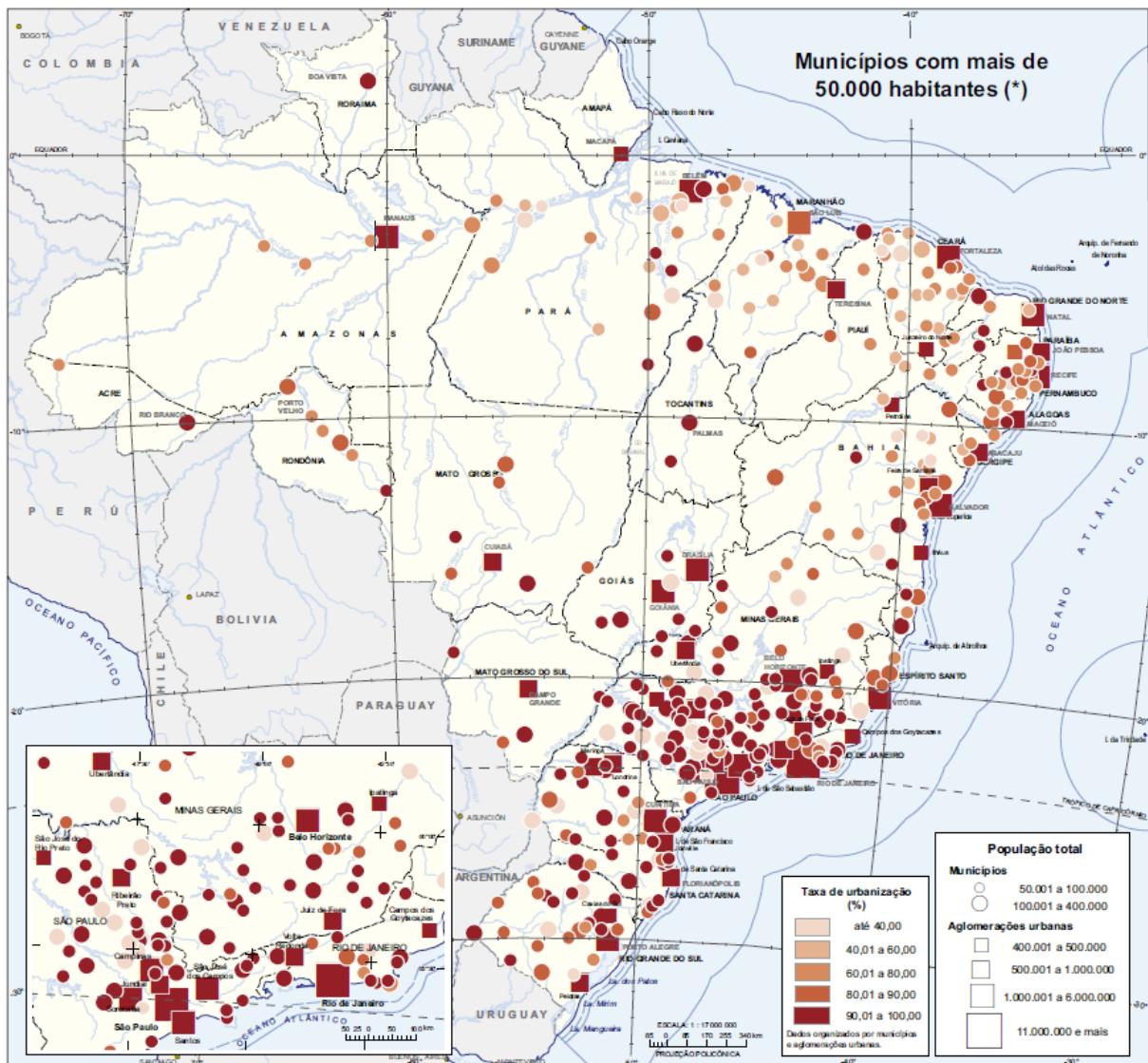
Como ilustrado no Mapa 2, a população da região Sul é inferior à do Nordeste, todavia, considerando os três estados nordestinos mais populosos, e economicamente mais ativos, são eles Bahia, Ceará e Pernambuco, os Estados sulistas e os nordestinos se aproximam, quando comparados pelo PIB o descompasso também não é substancial, sobretudo quando comparados com o de São Paulo. Entendemos como essencial para avançarmos na compreensão da

capilaridade da rede Sesc no Sul que avança em diversas cidades médias, principalmente, e pequenas, recordar do processo de transformação da divisão territorial do trabalho no começo do século XX fomentada pela industrialização, ainda que concentrada em São Paulo, que insere num espectro próximo das mudanças essa região.

Vemos em Cruz (2020) um maior entroncamento das redes de circulação, índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e renda média mensal também maiores, e consideramos também para fins interpretativos a maior taxa de urbanização nos municípios ilustrados no Mapa 2, como pontos diferenciais entre o Sul e o Nordeste. Como recorda a autora, o predomínio de indicadores melhores no Sul, e também no Sudeste, não excluem as desigualdades intrarregionais existentes. De todo modo, a rede Sesc como uma face da cultura institucionalizada, a qual se perpetua sobretudo nos principais centros econômicos, sendo uma prática moderna de valorização do modo de vida urbano, de equipamentos urbanos modernos para diferenciação local, quando do morador médio do urbano espera-se um aculturamento, não necessariamente crítico, mas se propõe crítico/transformador na política cultural do Sesc. O que não ofusca a centralidade das capitais Recife, Fortaleza e Salvador, e suas respectivas capacidades de mobilizar público para as apresentações artísticas tanto no Sesc como para a rede cultural institucionalizada em geral.

Com o objetivo de contribuir para a nossa análise e enriquecer o leque de configurações expostas por Cruz (2020), apresentamos o Mapa 2, uma produção do IBGE que contabilizou os municípios com mais de 50.000 habitantes. Portanto, nota-se rapidamente a semelhança entre os dois mapas, o que nos leva a refletir ainda mais sobre a tendência de instalação de unidades da entidade onde há circulação de pessoas e estrutura urbana que confira sentido ao investimento na construção do Sesc.

Mapa 2- Municípios brasileiros com mais de 50.000 habitantes



Fonte: IBGE. Contagem da População. 2007

Se fizéssemos o esforço de sobrepor os Mapas 1 e 2, diversos nós da rede estarão justapostos com marcações da cartografia dos municípios, todavia, não acreditamos, com o avançar da discussão feita neste capítulo, que a densidade populacional seja o motivo que explica plenamente a distribuição/existência de mais unidades em determinados Estados, pois, se este fosse o caso Santa Catarina não teria uma presença tão expressiva como tem no Mapa 1. A já mencionada forma de gestão da entidade, a qual permite liberdade de operação aos Departamentos respeitando os referenciais do Sesc, desempenha também papel importante nesta configuração do Sesc, vejamos a seguir um documento do próprio Sesc que nos auxilia a entender a escolha do local de instalação das unidades.

No trabalho de Pompolo (2007), consta em anexo uma ficha avaliativa para pontuar (no sentido literal do termo) o quanto propícia seria a implantação de uma unidade (AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE - ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO). Na primeira parte da avaliação (A), os fatores que agregam pontos são os habitantes locais (1 ponto para cada 1.000 hab), habitantes agregados (*idem*), empresas comerciais de serviços (1 ponto para cada 100) e quantidade de empregados no comércio (15 pontos para cada 1000). Na segunda parte (B), a pontuação é obtida a partir da caracterização socioeconômica do local, em que o primeiro item é a atividade econômica preponderante; se esta atividade for comercial/serviços/turística, obtém-se pontuação máxima (30 pontos); caso esteja em transformação de industrial para a comercial/serviços/turística, são 20 pontos, caso seja industrial, agropecuária ou transformação de agropecuária para industrial a pontuação é mínima (5 pontos). No segundo item, avalia-se a infraestrutura sócio-cultural<sup>22</sup>. Caso ela seja considerada boa, a pontuação é 20, regular 40 e insuficiente 60. Na terceira parte (C), o objeto de análise é o terreno. São considerados fatores de adequação às instalações típicas da instituição (formato e dimensões, acessibilidade), topografia, situação geomorfológica e facilidades construtivas. A quarta parte (D) está dividida em 8 itens, 1º localização em relação ao centro comercial da cidade, pontuação máxima se estiver próximo ou na região, intermediária se estiver a meia distância e mínima se for distante em relação ao centro, 2º acesso por transporte coletivo, máxima se o acesso for regular e frequente, intermediária se for regular e pouco frequente, mínima se não houver transporte regular, 3º entorno do terreno, avalia-se se está em área comercial e/ou de serviços (5 pontos, máximo), preponderantemente residencial (4 pontos), industrial (2 pontos), área rural/agrícola/margem de estrada (1 ponto) e área de proteção ambiental com possibilidade de construção (3 pontos), 4º grau de urbanização da região do entorno, ponto máximo para totalmente urbanizada, intermediário para parcialmente urbanizada e mínimo para pouco urbanizada, 5º tendência de evolução da região, se a região estiver em expansão/transformação rápidas a pontuação é máxima, moderada pontuação será intermediária e caso esteja estagnada ou em decadência pontuação mínima, 6º

---

<sup>22</sup> O que se chama de infraestrutura sociocultural são: “centros culturais, centros esportivos, teatros, auditórios, museus, parques municipais e/ou estaduais, mantidos pelos setores público e privado.” (POMPOLO, 2007, p. 408).

serviços públicos, são elencados serviços básicos como acesso à água, esgoto, eletricidade, asfalto, iluminação pública, praças, sistema telefônico e agências de serviços públicos, cada serviço presente vale 1 ou 2 pontos, 7º presença de órgãos públicos (2 pontos para cada), empresas privadas (5 pontos para cada grande empreendimento) e instituições sócio-culturais (5 pontos para cada grande equipamento), por fim, o item 8º avalia os aspectos do local que podem comprometer a instalação da unidade, são questões naturais e sociais que retiram pontos obtidos na parte D, são eles riscos e/ou barreiras físicas (-50 pts.), riscos e/ou situações sociais problemáticas (-40 pts.) e riscos e/ou situações ambientais comprometedoras (-10 pts.).

Ao nos atentarmos à distribuição de pontos na ficha de avaliação observamos que alguns elementos são mais importantes do que outros, são privilegiados aspectos socioeconômicos, enquanto questões relacionadas aos aspectos físicos do local (parte C e itens comprometedores da parte D) estão em segundo plano. Em diversos itens os pontos são atribuídos à presença de infraestrutura urbana, como a presença de serviços públicos, grau de urbanização e construções que valorizam o terreno (7º item do ponto D), o que, segundo o nosso entendimento, entra em contradição quando do privilégio por locais com infraestrutura sócio-cultural insuficiente (2º item ponto B), ora, se são atribuídos menos pontos caso essa infraestrutura seja considerada boa, este valor perdido tende a ser compensado pela presença das construções que valorizam<sup>23</sup> o terreno, das quais a cada grande equipamento sócio-cultural grande o local ganha 5 pontos. Destarte, os elementos

---

<sup>23</sup> No próprio anexo estas estruturas estão apresentadas como fatores que valorizam o terreno no qual a unidade será, possivelmente, instalada. Aproveitamos essa brecha para refletir sobre uma passagem na tese de Pompolo (2007, p.101), quando a autora relata a realização de uma “manifestação popular [em Ribeirão Preto] junto à Câmara Municipal, solicitando a instalação de uma nova unidade do SESC nos antigos galpões da Cianê (Companhia Nacional de Estamparia), localizados na avenida Marechal Costa e Silva”, este excerto nos remete à rápida, porém propícia, discussão sobre a ‘guerra dos lugares’ presente em Santos (2006, p.248-9). O autor expõe que, assim como as empresas buscam os melhores locais para se instalarem, os lugares procuram atrair novas instalações e reter as que já possuem, consideramos que o lugar (personificado no texto de Santos) é constituído pelo poder local e pela população, o que nos leva a entender esta manifestação como a demanda por instalação agradável e útil, para ocupar o galpão abandonado desde à falência da Cianê em 1981. A área está dividida entre partes públicas (tombada como patrimônio histórico em 2011) e privadas, diversos planos foram feitos para revitalizar a fábrica que foi construída em 1945 no bairro Campos Elíseos (Zona Norte de Ribeirão Preto), o mais recente projeta a criação de um Instituto Federal (IFSP) no local, que em período recente é utilizado como ponto de consumo de drogas, portanto, por uma parcela indesejável, o que se pretende, no nosso entendimento, uma retomada do valor imobiliário do terreno. Portanto um movimento que ressalta a segregação urbana. <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/03/instituto-federal-em-ribeirao-sera-em-antiga-fabrica-anuncia-prefeitura.html> (Acesso em 15/10/2021)

tendem a se agregar, privilegiando áreas/bairros centrais, o que identificamos continuamente ao produzir o Mapa 3, e municípios com urbanização avançada.

A elaboração deste documento está ligada à terceira fase do Sesc em São Paulo, iniciada a partir do ambicioso projeto do Sesc Fábrica da Pompéia, segundo Pompolo (2007, p. 233-4)

A partir deste momento, os projetos se tornaram mais complexos, e um a um, se constituíram em uma nova e valiosa contribuição para a entidade. Esta mudança foi de suma importância para uma gestão mais eficiente dos recursos da entidade, especialmente quando se estabeleceu um ambicioso plano de expansão e o SESC passou a realizar grandes investimentos na construção de novas unidades.

Temos ciência de que este documento é datado e foi utilizado pelo Departamento Regional de São Paulo<sup>24</sup>, mas, sabendo que São Paulo, e o Sesc Pompeia em especial, são emblemáticos na atuação do Sesc, supomos que movimento semelhante, de análise do quão interessante/viável será a instalação da unidade, seja realizado em outros Departamentos Regionais. A existência deste registro reforça nossa ideia de que a instalação está interligada com as características socioeconômicas e demográficas, o que valida a importância da feição demográfica exposta no Mapa 2 como um dos fatores explicativos para a distribuição das unidades, mas demografia não desatrelada da sua posição na divisão do trabalho, pois, se há mais população e número de empresas ligados ao comércio e atividade econômica inserida no esquema comércio-serviço-turismo (que é a origem do Sesc), o município é mais atraente para a inserção da instituição, aproxima-se então dos locais onde há maior desenvolvimento/oferta de serviços, de estabelecimentos comerciais, o que está intrinsecamente atrelado ao grau de desenvolvimento urbano do município.

Retomando a análise entre regiões, as diferenças de concentração entre as regiões oficiais do IBGE e a regionalização feita por Cruz (2020) são consideráveis, juntos, a Região Su-Sul (que inclui a totalidade do Sul, o Sudeste exceto o norte de Minas Gerais partes do Goiás e o Distrito Federal) e o Arco Atlântico (que contempla toda as regiões metropolitanas do Nordeste, a Região Metropolitana de Belém e parte do sudeste do Pará) concentrariam parcela expressiva das unidades do Sesc com atividade cultural, escapariam à essas regiões pouco mais de 20 unidades

---

<sup>24</sup> Todavia não temos dados sobre o período em que foi utilizado ou se ainda segue em uso.

presentes no Mapa 1, a maioria delas no Arco Centro-Norte, no qual estão presentes o Mato Grosso do Sul, boa parte de Rondônia e do Mato Grosso, o sul do Goiás e uma pequena parcela do Acre e do Amazonas.

Para a definição das regiões, a autora sobrepondo, cartograficamente, valores de densidade demográfica, concentração de rodovias federais e estaduais, e rendimento nominal médio mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade por município; com estes indicadores foram delimitadas, sem limites precisos, 7 regiões “que são fragmentos de um espaço total, uma totalidade aberta, una e contraditória em movimento, entre as quais três regiões de transição que amalgamam características das grandes regiões com as quais fazem fronteira sem identificar-se integralmente, conforme critérios adotados, com uma ou com outra” (CRUZ, 2020: p. 45).

Quanto à distribuição das unidades pelos Estados, o Sesc está presente majoritariamente nas cidades mais populosas dos Departamentos Regionais, onde imagina-se que há maior presença de trabalhadores ligados ao comércio, o que favorece à entidade a realizar o atendimento dos comerciários, pois, este, apesar da sua atuação ampla, segue sendo o seu público-alvo. Algumas unidades escapam à concentração nos municípios tendencialmente mais estruturados, observamos que há unidades em cidades pequenas, na Tabela 3 consta que existem 67 Bibliotecas do Sesc Ler, e estas estão presentes principalmente nas menores cidades que possuem unidade do Sesc, a partir de pesquisa feita por professores e pedagogos a instituição identifica o grau de defasagem nos índices de escolarização e interesse dos jovens e adultos não alfabetizados do município em participar. As unidades nestes locais tendem a ser menores, voltadas à educação de jovens e adultos, com programas de alfabetização, mas que também podem atuar no Programa Cultura, como o Sesc Ler Presidente Médici em Rondônia, no município de Presidente Médici. Este é um indicador da versatilidade das estruturas da rede Sesc, no qual nós não pertencentes, originalmente, ao Programa Cultura, podem atuar neste servindo como um local de difusão cultural em municípios nos quais até mesmo a programação cultural mercadológica (das empresas de cinema que atuam nos shoppings centers e dos circuitos musicais da grande mídia) pode não estar presente.

Concluímos que, com as informações expostas, a distribuição espacial das produções culturais do Sesc reitera feições, "legados territoriais e configurações

geográficas deles decorrentes” (CRUZ, 2020, p. 34), sendo, portanto, mais uma manifestação do desenvolvimento geográfico desigual, que imprime sua marca em escala nacional e regional.

O aparelhamento desta rede de cultura institucionalizada também expõe este legado.

Como exemplo de programações que circulam nacionalmente pela rede mencionamos o Sonora Brasil, com apresentações musicais, e o Palco Giratório<sup>25</sup>, que difunde pelo território apresentações ligadas às artes cênicas. Entre diferentes Departamentos mencionamos o Amazônia das Artes, que percorre as unidades dos Departamentos Regionais pertencentes à Amazônia Legal, portanto, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins, e promove atividades de diferentes modalidades artísticas. Dentro de um Departamento mencionamos as Primaveras Periféricas, evento que pertence ao SescSP e promove atividades em diversas unidades na pluralidade das modalidades artísticas.

Encaminhamos o próximo capítulo sintetizando o papel de São Paulo na rede de cidades que desdobra-se na rede cultural do Sesc recordando a formulação de Damiani (2006, p.45)

A centralidade da metrópole de São Paulo comporta centralidades subordinadas e complementares, como a macrometrópole, que envolve Sorocaba, São José dos Campos, Campinas e Santos. Há centralidades várias. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades, centralidades subordinadas; São Paulo é a centralidade de todas essas centralidades. Há um imbricamento de centralidades e a produção concomitante de diferentes periferias. Periferias compreendidas como espaços da repetição de processos, sua redundância, quando o núcleo formador está alhures, e as centralidades decifradas como lugares de produção de novos processos econômicos, políticos, culturais, ainda que subordinados.

A metrópole paulistana é, assim como na rede urbana brasileira, o nó central na atuação cultural da instituição, principalmente após a inauguração do Sesc Pompeia nos anos 80. Ainda que a atuação em outros Departamentos seja significante, com números expressivos de frequentadores e nós sendo articulados, sendo possível classificá-los como centros regionais importantes, como, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina, e outras regiões metropolitanas (RMRJ, RMPA), as quais também ilustram certa concentração em torno do centro da metrópole, porém,

---

<sup>25</sup> Cabe mencionar que os eventos ocorrem nas capitais das Unidades Federativas.

nenhum outro local do país possui a centralidade da RMSP. Então, por consequência da centralidade do capital neste local, e entendendo a inserção da cultura institucionalizada como um reflexo da expansão e investimento deste capital na diferenciação do lugar, não obstante centralidade subordinada, na periferia do capitalismo, e que reproduz processos realizados no centro do capitalismo. O Sesc Pompeia é um exemplo marcante deste mimetismo quando da sua forma de construção -própria do momento, ou modismo, de pós-desconcentração industrial e da ressignificação desses espaços que perderam seu sentido utilitário usual e são reapropriados para novas práticas-, extrapolando nosso objeto, o Theatro Municipal de São Paulo e o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, podemos incluir também o Teatro Amazonas, como expressões do mimetismo arquitetônico ligado à práticas culturais próprias de uma época expressos na sua arquitetura e intencionalidade de ser a face do moderno, ainda centrado na Europa no momento de construção destes espaços entre o fim do século XIX e começo do XX.

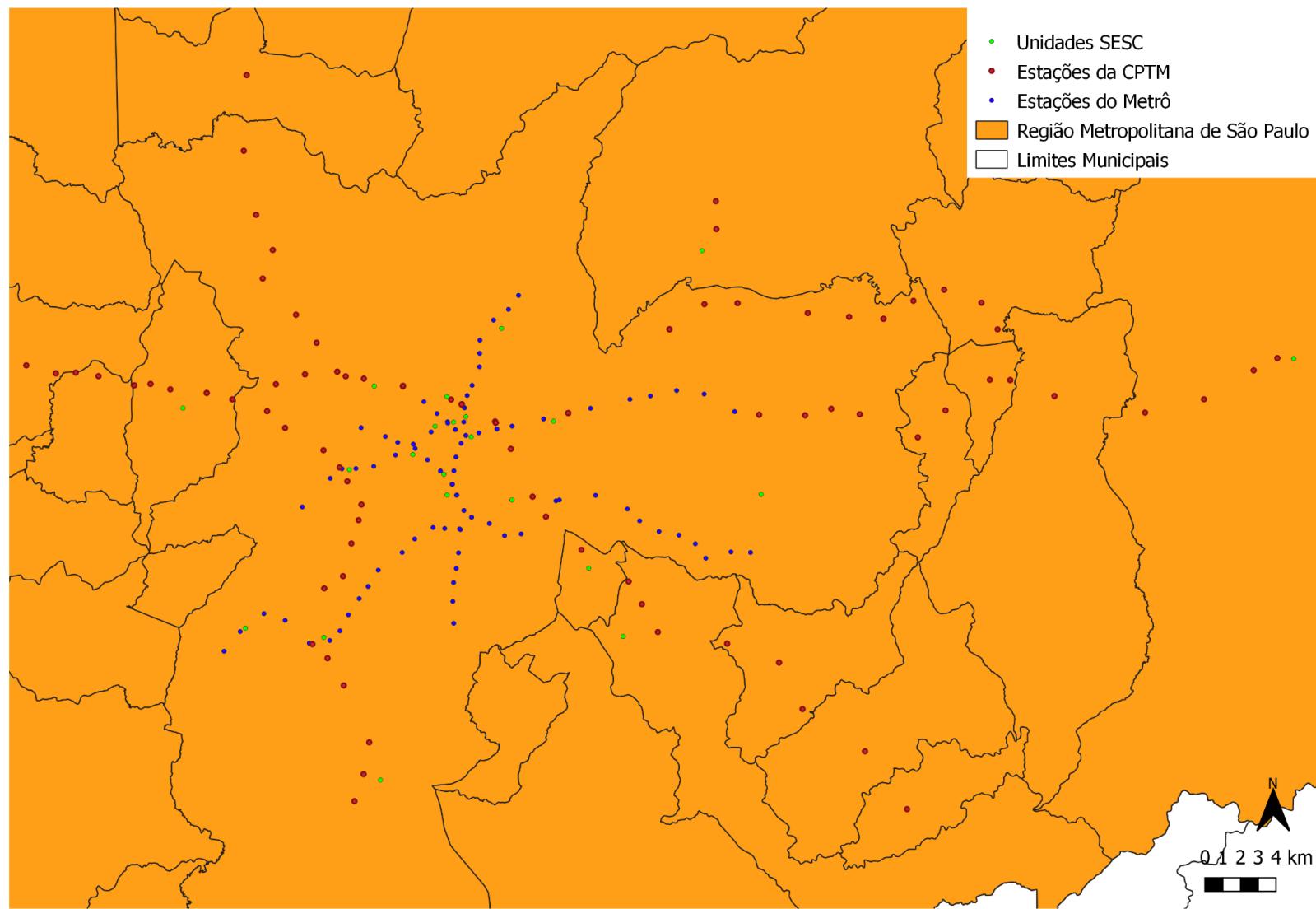
## 5 - Atuação do Sesc em São Paulo

Para análise da Rede SESC em São Paulo, propomos como linha: 1) A contextualização da ação do SescSP; 2) Distribuição das unidades e estruturas na RMSP e da rede de transporte metroviário metropolitano; 3) Participação de agentes internacionais como parceiros do SescSP; 4) Sobre a distribuição de atividades e público entre capital e interior.

Iniciamos com uma apresentação das estruturas e serviços disponíveis no Estado de São Paulo. Entendemos, a partir de Pompolo (2007), que a atuação do Sesc em São Paulo passou por 3 períodos: 1º, entre 46-61, predomínio de atividades assistenciais nos centros sociais, ligadas principalmente à saúde do comerciário; 2º, entre 61-82, com foco na questão educacional; e o 3º, a partir de 1982, com ênfase nos eventos culturais mediante a inauguração da unidade Pompeia, que vira modelo de atuação e unidade para a instituição e que passa a ser presidida por Abram Abe Szajman e dirigida por Danilo Santos de Miranda, em período próximo à inauguração do Pompeia, este último reconhecido como uma importante figura para a transformação da marca SescSP, adquirindo a forma com a qual conhecemos ela atualmente.

Segundo a autora, algo vital para a mudança da paisagem urbana de São Paulo foi a presença da ferrovia, pois, em linhas gerais “A ferrovia trilhou, assim, o caminho que levaria a antiga província à condição de metrópole do café” (POMPOLO, 2007, p.26). Em Dias, a questão da criação de uma rede de transporte em direção ao interior, para escoar a produção cafeeira, é mencionada através do último capítulo da tese de Pierre Monbeig (1952), que “revela o papel das redes férreas sobre a organização espacial” (1995, p.142). Deste modo, o Mapa 4 foi elaborado a partir do endereço das unidades do Sesc-SP na Região Metropolitana de São Paulo e das estações pertencentes às linhas de transporte ferroviário metropolitano, as unidades estão identificadas por marcadores verdes.

Mapa 3- Unidades do Sesc e rede metroviária da RMSP



Este mapa nos permite observar a proximidade das unidades com as estações de metrô e trem; com exceção da unidade Itaquera, todas possuem acesso relativamente fácil de alguma estação de trem ou metrô, ou rápida conexão entre estação-ônibus para chegar à unidade, como é o caso das unidades Pompeia<sup>26</sup> (entre as estações Água Branca da Linha 7 - Rubi e Palmeiras-Barra Funda) e Interlagos (conexão feita a partir da estação Primavera Interlagos, da linha 9 Esmeralda). Se, para o desenvolvimento da cidade, a circulação foi importante, ela também o é para a atuação e localização das unidades do Sesc, o que é reforçado pelo Anexo presente no mestrado de Pompolo (2007)<sup>27</sup>.

No capítulo anterior apresentamos a região metropolitana como centralidade concentradora de unidades. Entretanto, ao observarmos o Mapa 4 vemos que dos municípios pertencentes à RMSP poucos possuem unidades, são ao todo 5: Guarulhos, Osasco, Santo André, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes. Com exceção do último (que ainda está no processo de inauguração gradual enquanto escrevemos este trabalho), todos são municípios limítrofes de São Paulo, historicamente conectados com o centro, servindo como cidades-dormitórios. Municípios periféricos da RMSP ficam excluídos do campo de atuação direto do Sesc, sendo inseridos na programação eventualmente em atividades nas praças, como ocorreu eventualmente em Mogi das Cruzes antes da inauguração da unidade.

Podemos observar uma concentração significativa no centro expandido, local onde há grande concentração dos locais de trabalho da capital e onde também há concentração de equipamentos culturais públicos e privados, por consequência, mais próximo para o trabalhador participar de atividades após ou antes do expediente.

As unidades Itaquera e Interlagos possuem um caráter campestre, como se fosse um clube, com área verde e complexo aquático, o que não poderia ser realizado em regiões centrais, que são por conseguinte mais adensadas, portanto, com capacidade construtiva menor devido à ocupação vertical consolidada; já Belenzinho e Pompeia foram construídas a partir de antigas fábricas, o que explica a distribuição horizontal das unidades (e no Pompeia também vertical no complexo

---

<sup>26</sup> No projeto da futura Linha 6 Laranja consta a criação da estação SESC Pompeia  
Acesso:

<https://www.metrocptm.com.br/estacao-da-linha-6-vizinha-do-allianz-parque-comeca-a-receber-atividades/>

<sup>27</sup> Cf. p.58

esportivo) apesar de estarem em regiões com menor disponibilidade de terra, desta forma as unidades estão, majoritariamente, localizadas em áreas vitais dos bairros, próximo de estações, em logradouros com boa disponibilidade de linhas de ônibus e com aspecto comercial, exceto Interlagos e Itaquera. Tais unidades surgiram em momentos diferentes, de acordo com a periodização proposta por Pompolo (2007). Em vídeo divulgando o resultado de uma reunião entre João Dória e Abram Szajman e Danilo Miranda há a indicação da liberação para implantar uma unidade em São Miguel Paulista e outra em Pirituba, uma no extremo leste e outra no extremo norte, nota-se então um espalhamento da rede para zonas mais periféricas, que carecem de uma boa infraestrutura (DÓRIA, 2017<sup>28</sup>), o que já estava em pauta para a Zona Leste na criação da unidade Belenzinho, localizada no bairro homônimo e pertencente ao Distrito do Belém, Danilo Miranda menciona em entrevista que havia uma falta de presença da Zona Leste para além da unidade em Itaquera, na Rede Sesc, sendo necessária a criação de uma unidade, nas palavras do Diretor, “mais urbana, mais próxima do centro, no entroncamento de avenidas importantes de metrô e de ônibus e de trem que pudesse facilitar o acesso das pessoas ao trabalho do Sesc”, e, dessa carência, surge o projeto do Sesc Belenzinho, que veio a ser a maior e mais frequentada de São Paulo e do Brasil (TV CULTURA, 2011)<sup>29</sup>.

De fato o extremo Leste está representado, todavia, entendemos que o acesso da população era, e segue sendo, mais limitado em virtude da interiorização da unidade em meio à barreira verde do Parque do Carmo, dos pontos de ônibus mais próximos é preciso andar cerca de um quilômetro para entrar na unidade. O acesso é ainda mais limitado quando relembramos que até 2014 era necessário pagar para entrar na unidade<sup>30</sup>, encontramos em Oliveira (2009) que o preço para acessar a unidade Itaquera estava entre dois e seis reais.

Na época da entrevista Itaquera já poderia ser interpretada como uma centralidade periférica mais consolidada do que na época da projeção da unidade nos anos 80 (ALVES, 2018, p. 117-8). Sem desconsiderar a relevância e pertinência

<sup>28</sup> Disponível em: <https://youtu.be/TAnO9sYlyJE>

<sup>29</sup> Disponível em: <https://youtu.be/Z1JUPBrR-mA> (bloco 1), <https://youtu.be/isIn5Br96UY> (bloco 2) <https://youtu.be/epRGuPJAsR4> (bloco 3) e <https://youtu.be/iDvuAKplqS8> (bloco 4)

<sup>30</sup> “Sesc em São Paulo anuncia isenção na cobrança de entrada para todos os públicos nas unidades Interlagos e Itaquera” (31/07/2014).

Disponível em:  
[https://www.sescsp.org.br/online/artigo/7811\\_SESC+SAO+PAULO+ANUNCIA+ISENCAO+NA+COBR\\_ANCA+DE+ENTRADA+PARA+TODOS+OS+PUBLICOS+NAS+UNIDADES+INTERLAGOS+E+ITAQUERA](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/7811_SESC+SAO+PAULO+ANUNCIA+ISENCAO+NA+COBR_ANCA+DE+ENTRADA+PARA+TODOS+OS+PUBLICOS+NAS+UNIDADES+INTERLAGOS+E+ITAQUERA)

da unidade Belenzinho, enxergamos na sua construção e no próprio discurso de Miranda a reafirmação da importância do centro, desconsiderando a existência de centros periféricos com importantes fluxos de pessoas devido, justamente, ao entroncamento de vias e estações privilegiados para a instalação da unidade, tomemos por exemplo o distrito de Guaianases, há uma importante estação da CPTM (Linha 11 - Coral), com terminal de ônibus e número de passageiros médio superior ao da estação Belém do Metrô, superior também é o montante populacional do distrito, que em 2000 totalizava 98.391 e em 2010 103.948, em Belém os valores eram 39.712 e 45.010<sup>31</sup>. Não interpretamos Guaianases como uma centralidade periférica, assim como também não entendemos a antiga vila operária como uma centralidade, mas dotada de uma centralidade local importante ligada à estação semelhante a de Itaquera anterior ao metrô, com alto potencial de público devido à movimentação de pessoas e sua conexão com outros municípios da RMSP, como Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano.

Privilegia-se o urbano ao/como o centro, excluindo, ou desconsiderando, a periferia como parte do urbano, pois, a unidade Itaquera, assim como a Interlagos, almejam, na sua proposta, serem o oposto do urbano, distante do centro e de sua movimentação, incentivando o lazer próximo à natureza.

Contando com a inauguração futura das unidades presentes no vídeo promocional do canal do João Dória, prefeito da cidade durante a época de postagem do vídeo, em áreas mais distantes da região central em todas as zonas exceto na Zona Oeste, na qual as duas unidades (Pompeia e Pinheiros) estão dentro do chamado centro expandido.

O Mapa 5 ilustra a concentração das unidades nesta área da cidade de São Paulo, que é de certa forma a área da cidade na qual há maior disponibilidade de aparelhos culturais e de lazer na cidade, concentração de renda e infraestrutura no geral. É também o lugar onde se concentram os postos de trabalho da população, a localização está, portanto, próxima do local de trabalho do comerciário, o que pode ser entendido como uma facilidade para a pessoa acessar a unidade e praticar as atividades de interesse após o expediente.

Com exceção das unidades Santana (ao norte), Itaquera (ao leste) e Interlagos, Campo Limpo e Santo Amaro (ao sul), todas as infraestruturas da

---

<sup>31</sup> Dados obtidos pela plataforma SEADE. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-msp/>

instituição estão concentradas na área central expandida da capital, que comporta as novas centralidades. Essa concentração do Sesc, como veremos, está de acordo com a concentração geral dos equipamentos culturais, ilustrado no Mapa 6. Estas concentrações numa cidade do porte de São Paulo, com seus extremos distantes e problemas de circulação, acentuam a segregação da periferia, portanto, das camadas mais pobres da população, excluindo do acesso fácil aos equipamentos culturais, pois, considerarmos o local de trabalho próximo como um fator positivo é obscurecer a rotina extremamente regrada do trabalhador. Quando se fala em “democratização de bens culturais no tempo livre”<sup>32</sup>, recordamos que até o fim da década de 70 a mancha urbana ocupava uma área dez vezes maior do que na década de 30, expondo a desconcentração de moradia dos trabalhadores, que acompanhava a desconcentração industrial na cidade (KOWARICK, 2009), Alves (2017, p.115) avança na contribuição para problematizar a efetividade dessa democratização (para o trabalhador pobre) na medida as periferias “surgem como o lugar da possibilidade de morar para o trabalhador, que, em geral terá que se responsabilizar pela construção de sua moradia.”, portanto se o lazer e a cultura deveriam ser acessíveis ao trabalhador no tempo livre, cabe-nos perguntar qual é esse tempo livre, se para sua reprodução é preciso não somente vender a sua força de trabalho como também erguer a própria casa, prática definida por Kowarick (2009, p. 30) como um “sobre trabalho gratuito”. Em que pese o distanciamento entre o período mencionado e o da escrita deste trabalho, a periferia não cessou de crescer, e também de se diferenciar segundo Alves (2017, p. 116) “Hoje existem vários tipos de periferias, algumas já consolidadas, e com um determinado conteúdo, outras surgindo nas bordas da cidade e da região metropolitana, muitas vezes com realidades e paisagens parecidas com as dos anos 1970.”, há, então, áreas periféricas com melhor infraestrutura urbana, com acesso à rede elétrica, saneamento básico, entretanto, em situação semelhante ao do século passado em relação ao acesso/direito ao lazer e à cultura. Estes seguem sendo privilégios mais facilmente acessados pelas camadas mais abastadas, e que chegam na periferia não sem um longo processo de reivindicação popular por esse tipo de infraestrutura urbana.

Theodor Adorno (2021, p.97) assevera que “o tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Essa oposição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços

---

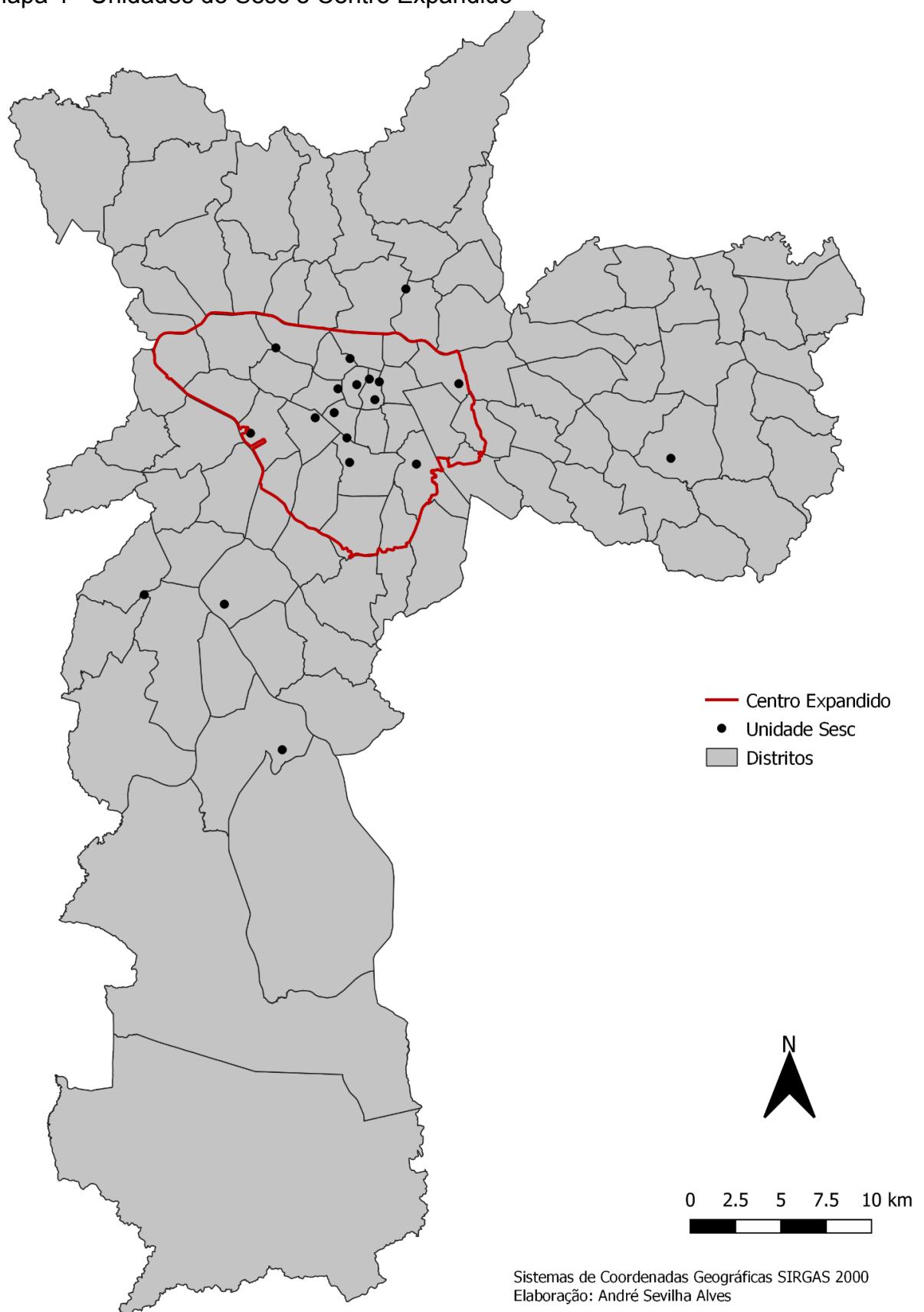
<sup>32</sup> Cf. p.31

essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da situação geral da sociedade", sendo seu oposto o tempo do trabalho. Depreendemos que deste agrilhoamento há um elemento essencial para interpretarmos a acessibilidade ao Sesc, e aos equipamentos culturais em geral. Sendo dependente da condição geral da sociedade o tempo livre não pode ser concebido como o tempo após o expediente até o horário de repouso do trabalhador, este momento é amplamente reduzido para o trabalhador urbano periférico paulistano, o qual gasta boa parte do seu dia e da sua renda no deslocamento entre o trabalho e o local de moradia. Acorrentado também ao invadir constantemente o pensamento do indivíduo ao realizar as atividades deste tempo fora da sua morada, pois é preciso atentar-se para não perder o ônibus, entre outras amarras da rotina, que na realidade destes milhares/milhões de trabalhadores pobres torna incabível a pergunta descarada problematizada por Adorno<sup>33</sup>; este momento fugaz segue refém do trabalho, no sentido de que parte da renda passa a ser consumida por, tendencialmente, o gasto do tempo livre se desdobrar não sem o gasto monetário, o que torna ainda mais difícil o acesso, até mesmo físico pois da necessidade de arcar com o alto custo para se deslocar na cidade. Partimos então para o fim de semana, momento no qual o tempo livre pode ser realizado mais tranquilamente, não sem um planejamento, pois é preciso pensar no gasto com o transporte até o local, que tende a ser longe, e na disponibilidade de transporte público, porque a frota de ônibus e trem nestes dias são reduzidas.

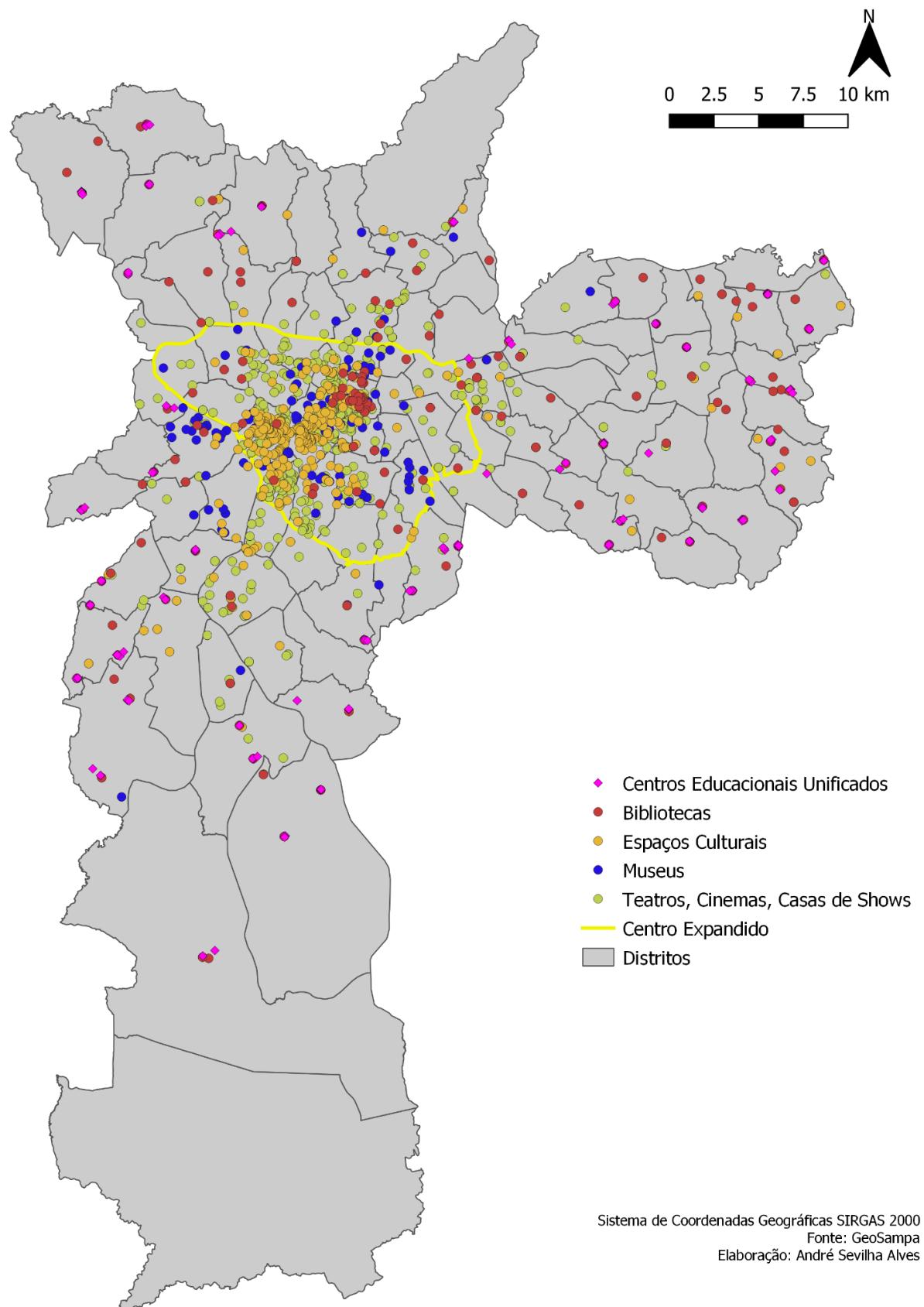
---

<sup>33</sup> "A falta de fantasia, implantada e insistentemente recomendada pela sociedade, deixa as pessoas desamparadas em seu tempo livre. A pergunta descarada sobre o que o povo fará com todo o tempo livre de que hoje dispõe - como se fosse uma esmola e não um direito humano - baseia-se nisso." (ADORNO, 2021, p. 104)

Mapa 4 - Unidades do Sesc e Centro Expandido



Mapa 5 - Distribuição dos equipamentos culturais em São Paulo



Da leitura do Mapa 6 é confirmada a maior integração da unidade Belenzinho com o centro da vida cultural da capital paulista do que com a da Zona Leste, pela proximidade física e facilidade de acesso aos equipamentos culturais. Dois movimentos importantes para a compreensão da distribuição espacial destes equipamentos estão representados neste mapa para além da simples ilustração da concentração. Primeiro, a maior capilaridade dos equipamentos culturais nos extremos, nas áreas periféricas da capital, se dá a partir de espaços públicos; são as Fábricas de Cultura, Casas de Cultura, Bibliotecas e Centros Educacionais Unificados, a cultura institucionalizada privada com interesse público não atinge esses espaços<sup>34</sup>, ela se instala principalmente em três centralidades da cidade; o centro antigo, a Avenida Paulista e a nova centralidade de Pinheiros (já transformada, junto com a Vila Olímpia e Itaim na realização da Operação Urbana Faria Lima, que desapropria uma área originalmente residencial, mudando significativamente o uso do solo (CARLOS, 2017), e com transformação também significativa na segunda metade do século XXI, com a chegada do metrô (ALVES, 2017)). Segundo, a presença massiva de equipamentos intimamente ligados à cultura na sua forma mercadoria, a partir do consumo das salas de cinema das grandes redes como Cinemark, e das galerias de arte (identificadas na plataforma GeoSampa como parte do grupo de equipamentos Espaços Culturais, estes espaços estão notadamente concentradas nos Jardins e em Pinheiros), apesar de serem tradicionalmente abertas ao público, as galerias representam o oposto da democratização do acesso à cultura, pois partem da apropriação privada do objeto.

Apesar desta distribuição e grande quantidade de unidades, percebemos que não há um padrão quanto a qualidade dos aparatos estruturais das mesmas. Há, entretanto, um padrão, ainda que provido de desvios, da presença dos equipamentos nas unidades: este padrão diz respeito aos equipamentos que estão presentes nas unidades. Por exemplo, na capital, somente as unidades Carmo, Florêncio de Abreu (que segundo a edição de Janeiro de 2019 da Revista E<sup>35</sup> está recebendo reformas para se adequar à realidade das unidades de São Paulo), Pq. Dom Pedro II não possuem teatro; quanto à espaço para shows, boa parte das

<sup>34</sup> Também pertencente ao Sistema S, o SESI possui unidades na capital e no interior, todavia, sua inserção no Estado está mais ligada à educação, com a presença de diversas escolas, todavia há duas unidades do Teatro Popular da instituição na capital. Assim como o Sesc o Sesi possui unidades móveis, no campo da cultura há uma carreta para atividades (Unidade Móvel de Artes e Cultura).

<sup>35</sup> Informação disponível na matéria Notas da Programação da edição mencionada  
Acesso: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12807\\_NOTAS+DA+PROGRAMACAO](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12807_NOTAS+DA+PROGRAMACAO)

unidades não possuem espaços específicos mas utilizam o palco do teatro ou outros espaços de uso múltiplo, como o espaço de convivência, que, como salienta Oliveira, são importantes para a realização de pequenos eventos gratuitos (2009, p. 91); no quesito sala para exposição, apenas a Pq. D. Pedro II não possui, e esta é uma unidade com atividades principalmente ligadas às atividades esportivas, pois atua de forma provisória desde 2015, a estrutura definitiva da unidade começou a ser construída em 2021, no futuro pode se tornar uma unidade dotada de infraestrutura semelhante ao leque geral de infraestrutura do SescSP<sup>36</sup>. Neste sentido entendemos a proposta das unidades do Sesc na capital, e potencialmente em todo o Estado de São Paulo como uma aproximação na não definição de um uso específico, salvo algumas exceções (CineSesc, Centro de Pesquisa e Formação) coexistem práticas distintas sem ser imposto um consumo específico, o qual tende a partir da afinidade do sujeito, com o seu objetivo ao frequentar o Sesc, esporadicamente ou como parte do “público do Sesc” estudado por Oliveira (2009).

A existência das áreas de exposição e a capacidade dos teatros não são padronizadas, o que nos fez questionar se as apresentações de maior porte tendem a ser feitas nas unidades que podem absorver a expectativa de público. As salas de teatro das unidades Pinheiros (1010 lugares), Pompeia (774 lugares) e Vila Mariana (620 lugares) são exemplos de espaços com equipamentos capazes de absorver público maior quando comparado com a capacidade do teatro de Santo Amaro (279 lugares), Bom Retiro (291 lugares) e Ipiranga (200 lugares). O que, na nossa análise da revista, não relega às unidades com equipamentos menores uma menor inserção na programação cultural, com exceção da já mencionada unidade Florêncio de Abreu.

Itaquera e Interlagos possuem uma área externa ampla e que é frequentemente utilizada para shows de grande porte, Oliveira (2009, p. 148) aponta que em Itaquera há menos atividades relacionadas às apresentações artísticas e que essas tendem a ocorrer aos finais de semana durante o período da tarde<sup>37</sup>, tendo em vista a semelhança das duas unidades, estendemos a análise da autora para Interlagos, o que confere à estas unidades uma utilização da cultura própria ao

<sup>36</sup> Na aba da unidade ainda não consta a lista, comum às unidades, que elenca os equipamentos e serviços ofertados no local.

[https://www.sescsp.org.br/unidades/781\\_PARQUE+DOM+PEDRO+II/#/content=tudo-sobre-a-unidade](https://www.sescsp.org.br/unidades/781_PARQUE+DOM+PEDRO+II/#/content=tudo-sobre-a-unidade)  
Último acesso: 04/11/2021

<sup>37</sup> Tanto Itaquera como Interlagos possuem horário de funcionamento restrito, de quarta à domingo das 10h até 16h.

seu caráter campestre, portanto no período da tarde, em oposição à vida cultural noturna intensa da unidade Pompeia. Neste sentido não entendemos estas unidades periféricas como periferias da rede SescSP, no sentido programático, porque ocorrem atividades importantes mas devido ao seu esquema de funcionamento o uso tende a ser limitado no tempo, o que restringe o consumo deste espaço, limitando o número de atividades realizadas ao longo do ano/mês.

A boa disponibilidade de unidades e o deslocamento massivo de pessoas dentro da Região Metropolitana de São Paulo, possível graças a uma infraestrutura de circulação rodoviária e por trilhos expressivos, contribuem para a possibilidade de maior fluxo dentro da rede. A presença de nós bem estruturados permite que a programação desta região seja efervescente tal como é a agenda cultural geral da metrópole, porém, com maior acessibilidade para o público em geral devido ao baixo preço que se paga, isso quando não oferecido gratuitamente. Definimos como boa a disponibilidade de unidades levando em consideração a quantidade delas, são ao todo 23 unidades atuando na RMSP, sendo 14 delas pertencentes ao que chamamos de centro expandido da capital.

Não obstante, há um intercâmbio constante com a programação cultural da cidade não limitado à rede em estudo, nota-se a presença do SescSP (em especial a unidade CineSesc) nas edições da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, e também da Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (nesta há maior número de nós da rede participando), na programação da Virada Cultural, entre outras programações/eventos em que há interações com elementos exteriores à organização da instituição.

Nas Notas da Programação da Revista E, nas edições entre 1/2020- 6/2015 disponíveis em via digital, somos apresentados a uma gama de parceiros internacionais do departamento regional de São Paulo. Estes colaboram na realização de atividades, principalmente nas apresentações artísticas, e que possuem relação com o seu país de origem, como os Festivais de Cinema Polonês realizados com a parceria da Embaixada da Polônia. A respeito da programação com atrações estrangeiras, Danilo Miranda comenta sobre o impacto que a crise pode ocasionar, com a queda da arrecadação e o aumento do valor das moedas estrangeiras há uma interferência na disponibilidade de trazer atividades internacionais (TV CULTURA, 2015).

A quantidade de parceiros internacionais do SescSP é bem relevante e pode ser explicada pela importância nacional e internacional que a cidade/Estado possui, estão concentradas aqui diversas embaixadas, consulados e empresas internacionais, o que favorece a possibilidade de realizar colaborações com estes agentes, o reconhecimento internacional que a regional paulista possui também é relevante para entendermos a formação destes programas conjuntos. Firma-se portanto São Paulo como a centralidade da cultura institucionalizada e da cultura amplamente internacional no Brasil e no Sesc. De acordo com o Diretor Regional, em entrevista para o programa Provocações, há um intercâmbio maior com agentes dos países latino-americanos e com os países ibéricos (TV CULTURA, 2011).

Como mencionamos na contextualização da atuação da instituição, um aspecto importante para a compreensão da atuação do Sesc é a presença de programações que não se restringem à uma unidade ou à uma modalidade artística só; nas Notas da Programação, está presente uma série de atividades que circula pelas unidades da capital e região metropolitana, mas que também atinge o interior, além de eventos que englobam mais de uma modalidade. Isto vai de acordo com o relato de um animador cultural do Sesc presente no trabalho de mestrado de Carmem Lemos, este animador nos atenta ao caráter processual da programação cultural do Sesc. Os agentes por trás das realizações dialogam para formar um leque de atividades que forneça ao usuário a possibilidade de ser estabelecido um contato com o universo temático, e isto é tido como um diferencial desta instituição em relação à outras, não só entre uma unidade mas, por vezes, entre unidades num formato de rede (LEMOS, 2005). Esta possibilidade de estabelecer uma programação articulada reafirma que o Sesc não é uma rede apenas por ter uma série de unidade distribuídas e vinculadas à um plano geral que seria o atendimento ao comerciário, há um diálogo, um esforço para proporcionar uma cultura propositiva, pois, em seus documentos a instituição deixa claro que o Programa Cultura, e todos os outros fazem parte de um processo geral que visa uma educação diferenciada para seu público. Entendemos que isto é possível por conta de uma estratégia que permite a circulação e comunicação entre pessoas e mercadorias, com os desenvolvimentos da circulação de informações obtidas ao longo do século XX (DIAS, 1996, p. 147). Os Gráficos 3 e 4<sup>38</sup> nos permitem compreender o efeito

---

<sup>38</sup> Até 2016 as unidades 24 de Maio, Guarulhos, Paulista (dotada dos equipamentos atuais, diferente da anterior que funcionava, sobretudo, como administração do SescSP) e Mogi das Cruzes não

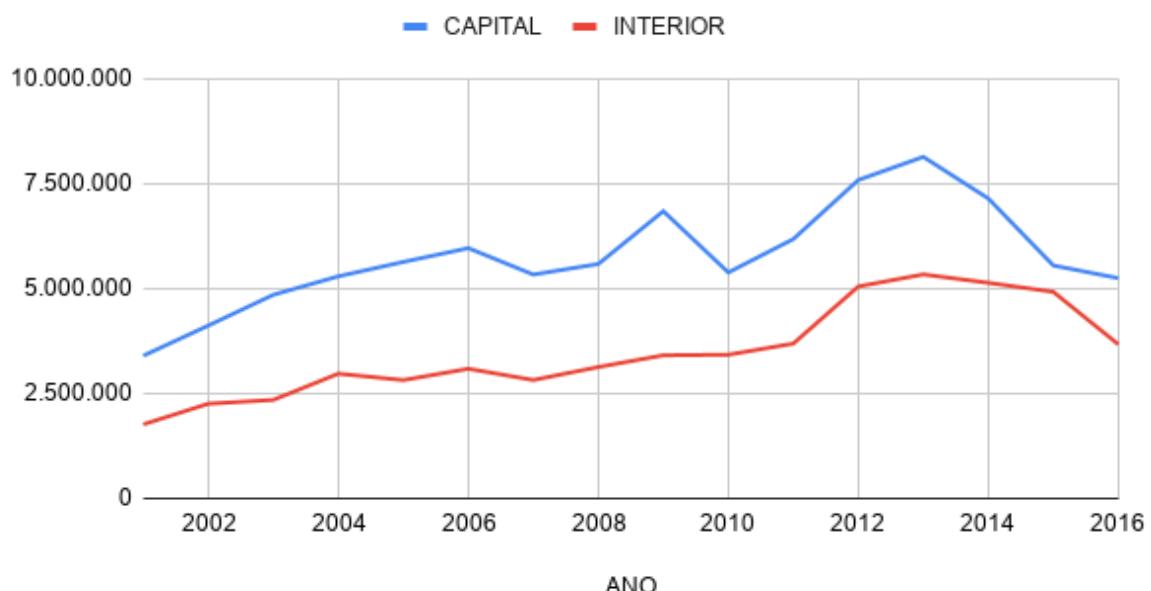
desta, aparente, boa disponibilidade de unidades, estabelecendo uma rede, pois, há intensa atividade tanto na capital quanto no interior, contando também, a partir da análise das Notas da Programação, com a circulação de programações por diversas unidades, mobilizando tanto as apresentações (entende-se, cantores/espetáculos pelas unidades) como o referencial desta. No entanto, quando retomamos a listagem de unidades, dentre as que estão no interior entram Osasco, São Caetano do Sul e Santo André, que estão, indiscutivelmente, interligadas com a programação e vida cultural da metrópole, ao invés da conexão ser propriamente com o interior, não desconsideramos a sua capacidade de conexão com outros municípios da RMSP, no casos em tela se daria principalmente com Carapicuíba, Barueri e o Grande ABC.

---

estavam em operação e na unidade Registro as atividades começam no segundo semestre do mesmo ano.

Gráfico 5

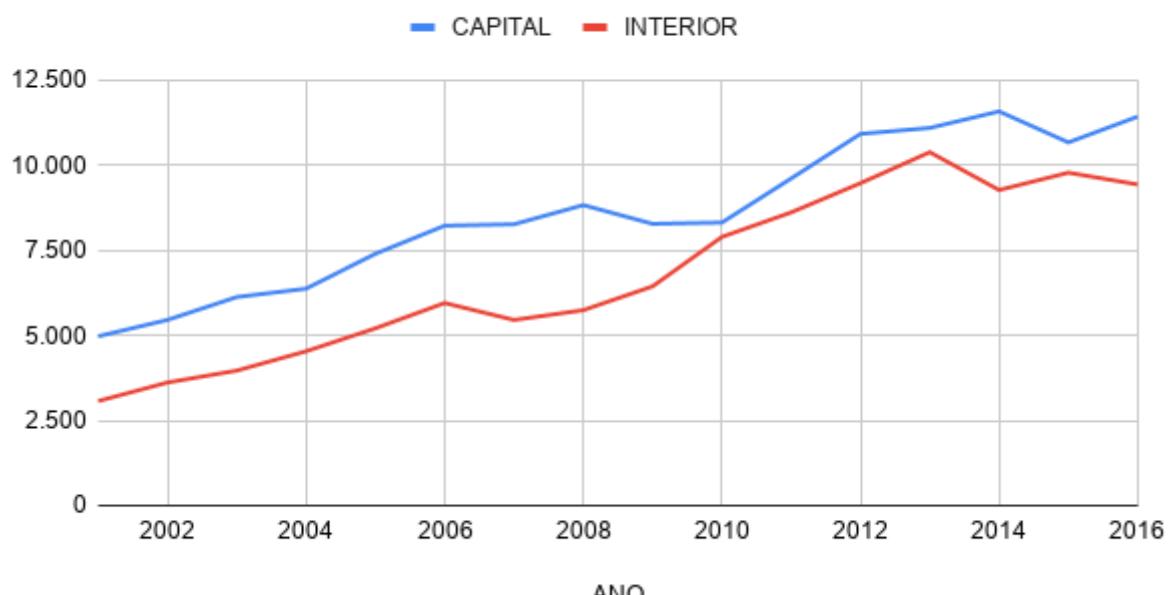
### Atendimentos SescSP 2001-2016



Fonte: Departamento Nacional- Sesc. Organização: André Sevilha Alves

Gráfico 6

### Número de atividades SescSP 2001-2016



Fonte: Departamento Nacional- Sesc. Organização: André Sevilha Alves

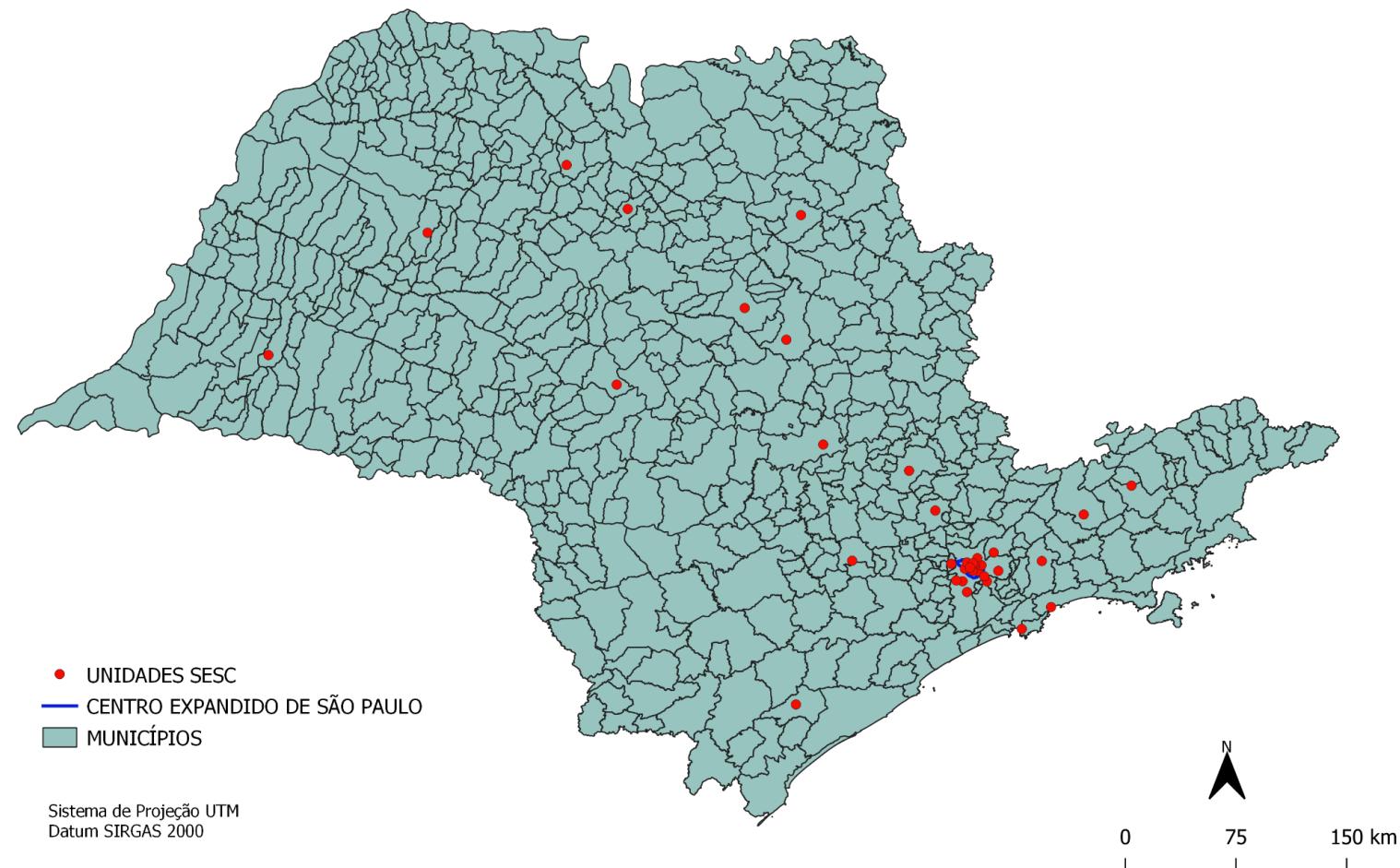
Ao observar os valores por ano, notamos que há um aumento relevante no período contemplado, que indica um crescimento tanto para o interior quanto para a

capital. Sem o conhecimento das datas de inauguração das unidades, tende-se a achar que a grande razão deste acréscimo geral, principalmente no Número de Atividades (Apresentações Artísticas), está calcada numa grande ampliação no número de unidades. Por óbvio a abertura de uma unidade contribui para o aumento das apresentações artísticas caso o seu uso não seja específico para outro Programa da instituição; entretanto, observou-se que o número das unidades passou de 14 para 20 no interior e de 9 para 14 na capital (desconsiderando as unidades inauguradas após 2016 e o Centro de Pesquisa e Formação, o qual se insere no Programa Cultura em atividades de debate, palestras e cursos, majoritariamente). Portanto, inferimos que o que houve foi um aumento dos eventos nas unidades com o passar dos anos. O público aumentou de forma mais tímida e passou a cair a partir de 2013. Quanto à distribuição no Estado, nota-se a já discutida concentração na Região Metropolitana de São Paulo, e as unidades do interior estão espalhadas principalmente no oeste do Estado, a rede Sesc segue de certa forma a rede ferroviária do passado cafeeiro, pois, foi neste local onde houve maior desenvolvimento econômico e portanto o estabelecimento das principais cidades, além de Santos que cedo se desenvolve devido à atividade portuária. Há um vazio no sul de São Paulo, só há uma unidade no Vale do Ribeira (Registro) e entendemos que isto se dá pela menor participação desta porção na economia paulista, ocupando as instalações do antigo Complexo K.K.K.K, local ligado à imigração japonesa no Brasil<sup>39</sup>. A instituição também está presente no eixo de conexão de São Paulo com o Rio de Janeiro, pelo Vale do Paraíba com as unidades em São José dos Campos e Taubaté. O Mapa 7 ilustra a distribuição das unidades no Estado.

---

<sup>39</sup> <https://www.ovaledoribeira.com.br/2012/12/a-historia-do-kkkk-em-registro-sp.html>  
Acesso em: 08/11/2021

Mapa 6 - Distribuição das unidades do Sesc no Estado de São Paulo



Elaboração: André Sevilha Alves

## 6 - Considerações finais

Compreendemos, com base nas reflexões e levantamentos feitos ao longo deste trabalho, que a cultura da Rede Sesc se distribui nacionalmente de forma desigual e integra desigualmente as regiões. Isto se explica por uma variedade de fatores, de controle ou não da instituição, que está entrelaçada à organização da própria instituição e ao processo e forma atual (em processo constante de transformação) da urbanização brasileira. Entre as regiões do país encontramos também diferenças, mais acentuadas no Nordeste e menos expressivas no Sul e Norte. Entretanto, elas estão em grande parte em cidades que possuem influência regional, podemos citar a concentração das unidades na Região Metropolitana de Porto Alegre, de São Paulo, Rio de Janeiro como casos emblemáticos da concentração na principal aglomeração urbana dos Estados. Na sua feição local, tomado como exemplo o caso de São Paulo para a análise neste trabalho, a presença da rede também está dotada de concentrações, o que é tanto um reflexo como uma ação que acentua a desigualdade socioespacial do acesso à cultura institucionalizada. Porém, não consideramos estes fatos como ocultadores da importância do Sesc na difusão e democratização do acesso à cultura no país, a instituição possui capilaridade ímpar no território, permitindo a circulação de diferentes manifestações culturais privilegiando produções brasileiras, pautando-se no princípio da diversidade cultural dedicando esforço para a garantia do acesso à diversidade de manifestações (SESC, 2015). Contribui também para a garantia da pluralidade das manifestações a organização dos projetos, existindo elaborações nacionais, que circulam pelo território diferentes programações, como locais, o que confere poder ao Departamento Regional promover aquilo que achar pertinente à sua realidade social/geográfica e que escapa ao planejamento das programações de amplitude territorial vasta encabeçadas pelo Departamento Nacional.

Raffestin (1993, p. 204) assevera que “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona.”, interpretamos portanto que a contradição encontrada na atuação e dimensão espacial do Sesc não foge da característica geral da atuação das redes, da sua capacidade de excluir parcelas do território a partir da inclusão de outras.

O investimento seletivo em infraestrutura por parte do capital, que ao longo dos anos formou e transformou as cidades brasileiras, deixa sua marca também na atuação do objeto estudado nesta pesquisa, podemos dizer que antes de tudo a Rede Sesc se instala nos locais onde houve, e há, estes investimentos apesar do seu trabalho importantíssimo no acesso à cultura, com aparatos de qualidade, para, principalmente, uma parcela da população de baixa renda. A sua forma de financiamento reverbera as assimetrias do acesso, tendo em vista a concentração dos maiores limites orçamentários em locais onde já há uma presença mais marcante da cultura institucionalizada.

Os períodos de crise econômica não apresentaram conexão direta com a quantidade de atividades, que só apresentaram relação de queda com período de crise próximo a 2016, no geral a possibilidade de trabalhar com artistas e projetos menos onerosos do que a mobilização de uma exposição ou companhia de teatro vinda do exterior, e essa é uma qualidade muito importante do Sesc, dar palco aos artistas locais, vêm a ser um possível fator de compreensão do impacto, desta forma, não identificamos a crise claramente nos números, porém o diretor regional de São Paulo deixa evidente que esses momentos exigem uma atenção especial para que haja o menor impacto possível ( TV CULTURA, 2015).

Sendo um dos maiores agentes preocupados com a difusão cultural não mercadológica, os frequentes ataques e ameaças de cortes no orçamento do Sistema S por parte do governo (lê-se o então ministro Paulo Guedes) podem colocar a atuação cultural da instituição em sinal de alerta. Entendemos que mediante redirecionamentos internos entre os programas de atuação, atividades nacionais e principalmente regionais (financiada pelos próprios Departamentos Regionais) podem ser diminuídos ou até mesmo impedidos, por falta de verba. Sua importância cresce neste momento turbulento em que as políticas públicas voltadas à cultura sofrem com o posicionamento de recorte eminentemente conservador adotado pelo Governo Federal.

Por fim, não ignoramos, para além dos possíveis cortes de verba, o risco de redirecionamentos da porcentagem de repasse entre as entidades do Sistema S. No que concerne às instituições do comércio, um favorecimento ao Senac, portanto, à educação profissionalizante, pode impedir/diminuir o espectro de atuação educativo mais amplo do qual a política cultural do Sesc almeja alcançar.

## Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. **Tempo livre.** In: ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade. São Paulo, Paz e Terra. 13<sup>a</sup> edição. pp. 97- 110

ALVES, G. A. **As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade.** In: Carlos, A.F.A.; Santos, C.; Alvarez, Isabel P. (Orgs.). Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. pp. 109-124.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole.** São Paulo: FFLCH, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Dimensões de análise das redes geográficas.** In: CORRÊA, R.L. Trajetórias Geográficas. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 107-118

CORRÊA, R. L. **Interações espaciais.** In: Explorações Geográficas Orgs: CASTRO, I.E; CORRÊA, R.L.A.; GOMES, P.C.C Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 5<sup>a</sup> ed., 2012a. p. 279- 318.

CORRÊA, R. L **Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente.** *Cidades - Revista Científica.* Unesp Presidente Prudente, v. 9 n. 16. p. 199- 218. 2012b.

CRUZ, R. de C. A. da. **Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. I.], v. 24, n. 1, pp. 27-50, 2020.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos.** In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. pp. 135-147

DETROZ, C. de A. **Rugosidades e Refuncionalização do Espaço Urbano: O caso do SESC Fábrica Pompéia.** Trabalho de Graduação Individual - FFLCH, Departamento de Geografia. São Paulo, 2015.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização.** In: Geografia: conceitos e temas. Orgs: CASTRO, I.E; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. pp. 141- 162.

DIAS, L. C. **OS SENTIDOS DA REDE: NOTAS PARA DISCUSSÃO** *in:* Redes, sociedades e territórios. Leila Christina Dias, Rogério Leandro Lima da Silveira (organizadores). - 3. ed. – Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2021. p. 13- 30

DIAS, L. C.; SANTAROSA, V.; AUGUSTA, T. **Configuração geográfica dos maiores grupos comerciais e industriais no Brasil: redes de associações no século XXI.** *In:* Redes, sociedades e territórios. Leila Christina Dias, Rogério Leandro Lima da Silveira (organizadores). - 3. ed. – Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2021. p. 337- 363

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: Geografia: conceitos e temas. Orgs: CASTRO, I.E; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. pp. 165- 205

HAESBAERT, Rogério. **O binômio território-rede e seu significado político-cultural; Fim dos territórios, das regiões, dos lugares?** In: HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002 pp. 117-142

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo, Editora 34, 2009. 2<sup>a</sup> ed.

LEMOS, C. L. N. **PRÁTICAS DE LAZER EM SÃO PAULO: ATIVIDADES GRATUITAS NOS SESC POMPEIA E BELENZINHO.** Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2005

LOPES, M. C. **Memória social e políticas culturais nas ações de cinema do SESC.** Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, UESB, 2015.

OLIVEIRA, M. C. V. **Instituições e públicos culturais: um estudo sobre mediação a partir do caso SESC-São Paulo.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2009.

POMPOLO, C. A. **Um percurso pelos SESC's: uma leitura das transformações tempo-espaciais.** Dissertação de Mestrado - Arquitetura e Urbanismo, USP, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Editora Ática, São Paulo, 1993.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **GeoSampa.** 2021. Disponível em: <[http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx)> Acesso em: 19 ago. 2021.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Edusp, São Paulo. 4<sup>a</sup> ed. 3<sup>a</sup> reimpr. 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Edusp, São Paulo, 5<sup>a</sup> ed. 2005.

VALVERDE, R. R. H. F. (2015). **A Indústria Cultural como objeto de Pesquisa Geográfica**. *Revista Do Departamento De Geografia*, 29, 391-418. <<https://doi.org/10.11606/rdg.v29i0.102082>>

VALVERDE, R. R. H. F. **A reterritorialização da cultura no Brasil (2016-2020)** In: Brasil, Presente! Orgs: Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo. FFLCH-USP. 2020. pp. 179-196

VIDEIRA, S. L. **Redes geográficas**. In: Glossário de geografia humana e econômica. Org: SPOSITO, E. S. São Paulo. Editora Unesp, 2017. pp. 369-376

Documentos do Sesc:

SESC. **Política Cultural**. Departamento Nacional, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em:

<https://www.sescrgo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Anexo-III-Pol%C3%ADtica-Cultural.pdf> Último acesso em : 08/11/2021

SESC. **Referencial Programático do Sesc**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: [https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/4054/mod\\_resource/content/1/Referencial%20Program%C3%A1tico%20do%20Sesc.pdf](https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/4054/mod_resource/content/1/Referencial%20Program%C3%A1tico%20do%20Sesc.pdf) Último acesso em: 08/11/2021

SESC. **Relatório de Geral do Sesc**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <http://transparencia.sesc.com.br/wps/wcm/connect/a00b1e8e-ea6c-4134-90a6-bf5024123c5e/Relatorio+Geral+do+Sesc+2019.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a00b1e8e-ea6c-4134-90a6-bf5024123c5e> Último acesso em: 08/11/2021

Entrevistas:

DORIA, J. Parceria com a Fecomercio e o SESC. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TAnO9sYIyJE>> . Acessado em: 09/09/2020.

MIS, 2016. Gestores Culturais #2 - Danilo Santos de Miranda. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n4EjeQjFqeM>> . Acessado em: 10/09/2020

TEDxTOMBO. TEDxTOMBO 2011 - Danilo Santos de Miranda. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Ph1d07Ll6c>> . Acessado em: 10/09/2020

TV CULTURA. Provocações 24 com Danilo Santos de Miranda - Bloco 1 ao 4. 2011. Disponível em: <https://youtu.be/Z1JUPBrR-mA> (bloco 1), <https://youtu.be/isln5Br96UY> (bloco 2) <https://youtu.be/epRGuPJAsR4> (bloco 3) e <https://youtu.be/iDvuAKplqS8> (bloco 4) . Acessado em: 10/09/2020

TV CULTURA. Metrópolis: Sesc em Perigo. 2015. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=kpL6nBCBAyM>. Acessado em: 10/09/2020

Endereços eletrônicos consultados:

<http://transparencia.dn.sesc.com.br/transparencia> Último acesso em: 12/11/2021

<https://www.sescsp.org.br/> Último acesso em: 12/11/2021

[https://www2.sesc.com.br/portal/pagina\\_inicial](https://www2.sesc.com.br/portal/pagina_inicial) Último acesso em: 12/11/2021